Índice

Dados da Empresa	
5. Composição do Capital	
2. Dfs Individuais	
1. Balanço Patrimonial Ativo	2
2. Balanço Patrimonial Passivo	4
3. Demonstração do Resultado	6
4. Demonstração do Resultado Abrangente	
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	8
8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido	
Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	10
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	12
9. Demonstração de Valor Adicionado	13
3. Dfs Consolidadas	
1. Balanço Patrimonial Ativo	14
2. Balanço Patrimonial Passivo	16
3. Demonstração do Resultado	19
4. Demonstração do Resultado Abrangente	21
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	22
8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido	
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019	25
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018	26
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017	27
9. Demonstração de Valor Adicionado	28
Relatório da Administração/comentário do Desempenho	30
Notas Explicativas	41
Proposta de Orçamento de Capital	132
Pareceres E Declarações	
Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	133
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	136
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	138

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas	- 31/12/2019 - ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S
--	---

Versão: 1

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

139

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	558.699	
Preferenciais	0	
Total	558.699	
Em Tesouraria		
Ordinárias	2.206	
Preferenciais	0	
Total	2.206	

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	2.091.462	2.213.381	1.812.428
1.01	Ativo Circulante	175.225	284.974	91.067
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.275	141.953	8.188
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.470	0	0
1.01.03	Contas a Receber	13.008	13.215	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.008	13.215	0
1.01.03.02.01	Venda Participação	13.008	13.215	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.855	25.258	27.176
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.855	25.258	27.176
1.01.07	Despesas Antecipadas	506	239	22
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	142.111	104.309	55.681
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	74.443	42.118
1.01.08.03	Outros	142.111	29.866	13.563
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	137.778	0	8.801
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.228	158	3.438
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	1.105	29.708	1.324
1.02	Ativo Não Circulante	1.916.237	1.928.407	1.721.361
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	70.476	135.650	40.980
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.176	42.029	38.681
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	5.176	42.029	38.681
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	65.300	93.621	2.299
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	2.525	2.448	2.299
1.02.01.10.04	Venda Participação	61.050	69.848	0
1.02.01.10.05	Outros créditos	1.725	21.325	0
1.02.02	Investimentos	1.843.714	1.790.074	1.677.086
1.02.02.01	Participações Societárias	1.843.714	1.790.074	1.677.086
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.484.498	1.419.268	1.294.690
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	359.216	370.806	382.396
1.02.03	Imobilizado	1.984	2.526	2.975

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.984	2.526	2.975
1.02.04	Intangível	63	157	320
1.02.04.01	Intangíveis	63	157	320

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	2.091.462	2.213.381	1.812.428
2.01	Passivo Circulante	1.446.298	218.161	428.648
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.904	10.339	10.880
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.904	10.339	10.880
2.01.02	Fornecedores	635	2.832	520
2.01.03	Obrigações Fiscais	450	26.301	229
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	450	26.301	229
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	450	26.301	229
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.419.332	2.183	0
2.01.04.02	Debêntures	1.419.332	2.183	0
2.01.05	Outras Obrigações	17.977	176.506	417.019
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	174.000	414.666
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	174.000	414.666
2.01.05.02	Outros	17.977	2.506	2.353
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.510	2.506	2.353
2.01.05.02.05	Acordo de Leniência	15.467	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	189.813	1.354.901	725.157
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	148.266	516.207	84.053
2.02.01.02	Debêntures	148.266	516.207	84.053
2.02.02	Outras Obrigações	41.547	838.694	641.104
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	808.146	640.347
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	808.146	640.347
2.02.02.02	Outros	41.547	30.548	757
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	25.176	30.548	0
2.02.02.02.04	Acordo de Leniência	16.371	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	455.351	640.319	658.623
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.950	36.458	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.802	51.706	51.472

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.071	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	242.961	242.961	270.277
2.03.04.01	Reserva Legal	46.140	46.140	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	0	242.862
2.03.04.10	Orçamento de Capital	196.821	196.821	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-185.460	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-84.084	493.787	498.277
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.217	-39.329	-28.132
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	671	630	602
3.04.04.01	Outras receitas, líquidas	671	630	602
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-86.167	-11.590	-17.355
3.04.05.01	Amortização do ágio sobre o investimento	-11.590	-11.590	-17.355
3.04.05.02	Acordo de Leniência	-74.577	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	78.629	544.076	543.162
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	78.629	539.283	533.026
3.04.06.02	Juros sobre o capital próprio recebidos	0	4.793	10.136
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-84.084	493.787	498.277
3.06	Resultado Financeiro	-101.196	-100.630	-101.433
3.06.01	Receitas Financeiras	11.570	15.539	13.269
3.06.02	Despesas Financeiras	-112.766	-116.169	-114.702
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-185.280	393.157	396.844
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-142	3.295
3.08.01	Corrente	0	-142	3.295
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-185.280	393.015	400.139
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-180	-18.505	-7.653
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-180	-18.505	-7.653
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-185.460	374.510	392.486
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,33327	0,67302	0,70532
3.99.01.02	ON	-0,33294	0,71998	0,75473
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,33231	0,66634	0,69721
3.99.02.02	ON	-0,33199	0,71283	0,74606

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-185.460	374.510	392.486
4.03	Resultado Abrangente do Período	-185.460	374.510	392.486

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-85.271	-127.440	-135.656
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-73.369	-132.661	-142.038
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) operações continuadas	-185.280	393.015	400.139
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) operações descontinuadas	-180	-117.499	-54.551
6.01.01.03	Depreciação e amortização	587	664	674
6.01.01.04	Amortização de ágio em investimento	11.590	11.590	17.355
6.01.01.05	Plano de opção com base em ações	492	143	728
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio recebidos	-78.629	-544.076	-543.162
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação monetária s/ empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	81.203	13.377	4.108
6.01.01.08	Juros ativos sobre venda participação Elog	-4.933	0	0
6.01.01.10	Perda / baixa do ativo imobilizado e intangível	255	0	0
6.01.01.11	Provisão Acordo de Leniência	74.577	0	0
6.01.01.12	Atualização monetaria Acordo Leniência	577	0	0
6.01.01.14	Atualização monetária depósitos judiciais	-73	-149	-124
6.01.01.15	Juros de mútuos ativos	-2.900	-3.939	-4.787
6.01.01.16	Juros de mútuos passivos	10.535	31.332	40.877
6.01.01.18	Juros cessão de dívida	18.810	82.739	0
6.01.01.19	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	142	-3.295
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.902	5.221	6.382
6.01.02.01	Tributos a recuperar	22.403	1.918	6.161
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-267	-217	3
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-4	0	-27
6.01.02.04	Outros Créditos	16.530	3.278	-3.314
6.01.02.05	Fornecedores	-2.197	2.312	-1.264
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.435	-541	7
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	-25.851	26.072	-2.771
6.01.02.08	Outras Contas a Pagar	-5.368	334	705
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-142	3.295
6.01.02.10	Partes relacionadas	28.603	-27.793	3.587

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.11	Pagamento Acordo de Leniência	-43.316	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.204	429.009	255.475
6.02.01	Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	60.864	604.368	509.142
6.02.03	Aquisição de imobilizado e intangível	-206	-52	-181
6.02.04	Investimento em controladas - aportes de capital	-110.800	-167.201	-245.839
6.02.09	Pagamento de dividendos minoritários	0	0	-7.647
6.02.10	Efeito de pagamento/Recebimento por venda da Elog	13.938	-8.106	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.203	-167.804	-114.727
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-401.826	-235.014
6.03.06	Aplicações Financeiras	-1.470	0	0
6.03.07	Juros pagos sobre debêntures	-42.030	-4.965	0
6.03.09	Partes relacionadas - mútuos	-323.855	-186.938	40.342
6.03.10	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.090.035	425.925	79.945
6.03.11	Pagamento de debêntures	-80.000	0	0
6.03.12	Partes relacionadas - Cessão e assunção de dívida debêntures	-647.883	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-126.678	133.765	5.092
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.953	8.188	3.096
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.275	141.953	8.188

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	492	0	0	0	492
5.04.08	Exercício plano de opção de ações	0	492	0	0	0	492
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-185.460	0	-185.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-185.460	0	-185.460
5.07	Saldos Finais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.012	-242.862	-158.964	0	-392.814
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.012	0	0	0	9.012
5.04.06	Dividendos	0	0	-242.862	-158.964	0	-401.826
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	374.510	0	374.510
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	374.510	0	374.510
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	215.546	-215.546	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.725	-18.725	0	0
5.06.04	Contituição de reserva de dividendos	0	0	196.821	-196.821	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.187	-105.014	-130.000	0	-233.827
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.187	0	0	0	1.187
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	-130.000	0	-235.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	392.486	0	392.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	392.486	0	392.486
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	262.486	-262.486	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.624	-19.624	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	242.862	-242.862	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.537	-16.473	-6.485
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.537	-16.473	-6.485
7.03	Valor Adicionado Bruto	-34.537	-16.473	-6.485
7.04	Retenções	-86.083	-11.623	-17.427
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-587	-664	-674
7.04.02	Outras	-85.496	-10.959	-16.753
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-11.590	-11.590	-17.355
7.04.02.02	Outras	-73.906	631	602
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-120.620	-28.096	-23.912
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	90.199	559.615	556.431
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	78.629	544.076	543.162
7.06.02	Receitas Financeiras	11.570	15.539	13.269
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-30.421	531.519	532.519
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-30.421	531.519	532.519
7.08.01	Pessoal	40.599	21.123	20.072
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.846	20.302	18.768
7.08.01.02	Benefícios	596	245	551
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.157	576	753
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	142	-3.295
7.08.02.01	Federais	0	142	-3.295
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	114.260	117.239	115.603
7.08.03.01	Juros	92.959	82.739	71.625
7.08.03.02	Aluguéis	1.495	1.069	901
7.08.03.03	Outras	19.806	33.431	43.077
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-185.280	393.015	400.139
7.08.04.02	Dividendos	0	158.964	130.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-185.280	234.051	270.139

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	11.542.453	10.020.935	7.815.758
1.01	Ativo Circulante	2.327.040	3.088.525	2.139.393
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.856.248	2.650.489	1.607.979
1.01.02	Aplicações Financeiras	162.292	61.521	60.234
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	162.292	61.521	60.234
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	56.614	61.521	60.234
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	105.678	0	0
1.01.03	Contas a Receber	177.757	151.739	149.537
1.01.03.01	Clientes	164.749	138.524	149.537
1.01.03.01.01	Clientes	164.749	138.338	148.954
1.01.03.01.02	Clientes - Partes relacionadas	0	186	583
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.008	13.215	0
1.01.03.02.01	Venda Participação	13.008	13.215	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	80.242	100.757	55.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	80.242	100.757	55.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.070	8.112	7.977
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	38.431	115.907	257.980
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	80.502	231.916
1.01.08.03	Outros	38.431	35.405	26.064
1.01.08.03.01	Outros créditos	38.431	35.405	26.064
1.02	Ativo Não Circulante	9.215.413	6.932.410	5.676.365
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	775.819	684.300	575.962
1.02.01.07	Tributos Diferidos	421.425	367.380	356.491
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	421.425	367.380	356.491
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	10.302	13.713	13.801
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	344.092	303.207	205.670
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	206.010	189.732	188.470
1.02.01.10.04	Venda Participação	61.049	69.848	0
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	50.302	15.809	9.602

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.01.10.06	Outros créditos	26.731	27.818	7.598
1.02.02	Investimentos	250	1.105	1.071
1.02.02.01	Participações Societárias	250	1.105	1.071
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	250	1.105	1.071
1.02.03	Imobilizado	545.424	523.532	537.891
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	545.424	523.532	537.891
1.02.04	Intangível	7.893.920	5.723.473	4.561.441
1.02.04.01	Intangíveis	7.893.920	5.723.473	4.561.441

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	11.542.453	10.020.935	7.815.758
2.01	Passivo Circulante	4.008.319	2.008.458	1.759.574
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	77.382	65.572	67.677
2.01.01.01	Obrigações Sociais	77.382	65.572	67.677
2.01.02	Fornecedores	97.773	100.708	89.544
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	97.773	100.708	89.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	49.459	65.482	40.151
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.459	65.482	40.151
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	48.684	64.704	36.075
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	775	778	4.076
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.295.038	1.498.329	1.149.516
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	97.105	81.029	74.658
2.01.04.02	Debêntures	3.190.642	1.417.300	1.074.858
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	7.291	0	0
2.01.04.03.01	Arrendamento a pagar	7.291	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	291.462	76.302	50.266
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.228	19.881	15.594
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	31.228	19.881	15.594
2.01.05.02	Outros	260.234	56.421	34.672
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	18.064	10.608	13.488
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	36.399	45.813	21.184
2.01.05.02.06	Contas a pagar - Aquisição de empresas	10.445	0	0
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	195.326	0	0
2.01.06	Provisões	197.205	196.006	172.622
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.382	45.091	24.551
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	13.382	45.091	24.551
2.01.06.02	Outras Provisões	183.823	150.915	148.071
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	147.328	79.074	90.503
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	36.495	71.841	57.568

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	6.059	189.798
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	6.059	189.798
2.02	Passivo Não Circulante	7.078.783	7.372.158	5.299.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.384.072	6.010.180	4.849.100
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.285.185	564.712	508.710
2.02.01.02	Debêntures	4.093.406	5.445.468	4.340.390
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.481	0	0
2.02.01.03.01	Arrendamento a pagar	5.481	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.195.715	887.421	49.720
2.02.02.02	Outros	1.195.715	887.421	49.720
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	32.296	38.529	0
2.02.02.02.06	Obrigações com Poder Concedente	890.759	764.830	0
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	93.173	84.062	49.720
2.02.02.02.08	Acordo de Leniência	179.487	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	12.559	22.666	16.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.559	22.666	16.767
2.02.04	Provisões	486.437	451.891	384.027
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	206.659	185.464	197.208
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	206.659	185.464	197.208
2.02.04.02	Outras Provisões	279.778	266.427	186.819
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	279.011	241.401	179.121
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras futuras	767	25.026	7.698
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	455.351	640.319	756.570
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.950	36.458	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.802	51.706	51.472
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.071	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	242.961	242.961	270.277

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.04.01	Reserva Legal	46.140	46.140	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	0	242.862
2.03.04.10	Orçamento de Capital	196.821	196.821	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-185.460	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	0	97.947

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.952.889	3.169.267	3.066.359
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.449.007	-1.780.016	-1.643.157
3.03	Resultado Bruto	1.503.882	1.389.251	1.423.202
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-708.186	-204.947	-211.519
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-301.213	-219.173	-225.131
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-406.983	14.192	13.558
3.04.05.02	Outras receitas (despesas) operacionais	62.067	14.192	13.558
3.04.05.03	Acordo de Leniência	-469.050	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10	34	54
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	795.696	1.184.304	1.211.683
3.06	Resultado Financeiro	-700.072	-460.744	-455.434
3.06.01	Receitas Financeiras	187.495	206.951	122.877
3.06.02	Despesas Financeiras	-887.567	-667.695	-578.311
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	95.624	723.560	756.249
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-280.904	-322.920	-336.265
3.08.01	Corrente	-331.133	-327.910	-327.341
3.08.02	Diferido	50.229	4.990	-8.924
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-185.280	400.640	419.984
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-180	-18.505	-7.653
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-180	-18.505	-7.653
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-185.460	382.135	412.331
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-185.460	374.510	392.486
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	7.625	19.845
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,33327	0,67302	0,70532
3.99.01.02	ON	0,33294	0,71998	0,75473
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,33231	0,66634	0,69721

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.02.02	ON	0,33199	0,71283	0,74606

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-185.460	382.135	412.331
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-185.460	382.135	412.331
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-185.460	374.510	392.486
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	7.625	19.845

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

6.01 Caixa Liquido Alividades Operacionais 1.403/14 1.303/63 1.279.438 6.01.01 Lucró (repilizo) operações cominuadas 2.244.599 1.80.086 419.085 6.01.01.01 Lucró (repilizo) operações cominuadas 1.80.280 400.061 419.086 6.01.01.02 Plano de opção com base em ações 618.08 400.01 1.80.280 400.01 600.01 600.01 618.00 618.00 400.00 618.00 <	Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.10.1.0.1.0.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.403.711	1.330.583	1.279.348
6.01.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.244.599	1.840.884	1.798.995
6.01.01.03 Depreciações e amortizações 433.569 418.508 6.01.01.04 Plano de opção com base em ações 1,208 1,208 1,208 6.01.01.05 Plano de opção com base em ações 1,208 1,208 1,208 6.01.01.05 Encargos Financeiros e variação monetária sel empréstimos, financiamentos, debéntures e arrendamentos 704,508 576,334 474,074 6.01.01.07 Variação Monetária e obrigações com Poder Concedente 188,595 611,133 52,957 6.01.01.07 Provisão para manutenção e provisão para construção de obras 200,873 143,014 118,627 6.01.01.10 Receita sobre Titulos e Valores Mobilitários 4,812 4,668 -6,723 6.01.01.11 Receita sobre Titulos e Valores Mobilitários 4,812 4,668 -6,723 6.01.01.12 A Receita sobre Titulos e Valores Mobilitários 5,000 6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000 -6,000	6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) operações continuadas	-185.280	400.640	419.984
6.01.01.04 Perda baxa do atwo imobilizado e intangível 492 238 1.208 6.01.01.05 Perdabxiax do atwo imobilizado e intangível 5.481 8.494 7.924 6.01.01.05 Perda planta do atwo imobilizados e intangível 704.596 576.35 474.074 6.01.01.07 Variação Monetária e obrigações com Poder Concedente 188.595 6.11.33 52.957 6.01.01.08 Provisão para manuterção e provisão para construção de obras 30.972 313.014 118.627 6.01.01.11 Receita sobre Titulos e Valores Mobiliários 4.812 4.686 4.732 6.01.01.12 Atualização monetária da provisão para manuterção e provisão para construção de obras 39.072 313.014 118.627 6.01.01.11 Receita sobre Titulos e Valores Mobiliários 4.812 4.686 4.732 6.01.01.12 Atualização monetária da provisão para construção de obras 39.02 31.32 31.770 6.01.01.12 Atualização monetária da provisão para manuterção de provisão para construção de obras 4.812 4.968 4.517 6.01.01.12 Inbuta construção de provisão para construção de provisão para construção de p	6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) operações descontinuadas	-180	-117.499	-65.813
6.01.01.05 Perda/baixa do ativo imobilizado e intangivel 5.481 8.494 7.924 6.01.01.06 Encargos Financeiros e variação monetária e obrigações com Poder Concedente 178.595 6.75.554 474.074 6.01.01.07 Variação Monetária e obrigações com Poder Concedente 188.595 6.133 52.957 6.01.01.08 Provisão Para manutenção e provisão para construção de obras 200.873 143.014 118.627 6.01.01.11 Receita sobre Titulos e Valores Mobiliários 4.812 4.668 -6.723 6.01.01.12 Livalização monetária adusição para manutenção e provisão para construção de obras 39.072 31.329 34.770 6.01.01.11 Receita sobre Titulos e Valores Mobiliários 4.812 4.668 -6.723 6.01.01.12 Levantamento e atualização para construção de obras 5.056 1.730 0.01 6.01.01.13 Levantamento e atualização para construção de portios para construção de portios para construção de portios para importante a contribuje de Equidação Duvidos - PECLD 747 2.016 1.43 6.01.01.15 Perdus esperadas em créditos de Liquidação Duvidos - PECLD 750.229 4.93 0 0 <td>6.01.01.03</td> <td>Depreciações e amortizações</td> <td>567.505</td> <td>433.569</td> <td>418.506</td>	6.01.01.03	Depreciações e amortizações	567.505	433.569	418.506
6.01.01.06 Encargos Financeiros e variação monetária s/ empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos 704.596 576.354 474.072 6.01.01.07 Variação Monetária e obrigações com Poder Concedente 138.595 61.133 52.957 6.01.01.08 Provisão e Atual monetaria prov perdas civeis, trabalhistas e tributárias 34.953 112.511 30.778 6.01.01.01 Provisão para manutenção e provisão para construção de obras 39.072 31.329 34.770 6.01.01.11 Receita sobre Titulos e Valores Mobilários 4.812 4.688 -6.723 6.01.01.12 Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras 39.072 31.329 34.770 6.01.01.13 Receita sobre Titulos e Valores Mobilários 4.812 4.688 -6.723 6.01.01.13 Levantamento e atualização mentária dos depósitos judiciais 7.828 3.252 -5.178 6.01.01.14 Tributos diferidos 1749 2.015 1.484 6.01.01.15 Perdus esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 7.74 2.015 1.487 6.01.01.15 Provisão e para imposto de renda participaçã	6.01.01.04	Plano de opção com base em ações	492	238	1.208
6.01.01.07 Variação Monetária e obrigações com Poder Concedente 188.595 6.1.133 52.957 6.01.01.08 Provisão e Atual monetária prov perdas civeis, trabalhistas e tributárias 34.953 12.581 30.778 6.01.01.09 Provisão para manutenção e provisão para construção de obras 20.0873 143.014 118.627 6.01.01.11 Receita sobre Títulos e Valores Mobiliários 4.812 4.688 -6.723 6.01.01.12 Atualização monetária aquisição participação 5.056 1.730 0.00 6.01.01.13 Levartamento e atualização monetária dos depósitos judiciais 7.882 3.252 -5.178 6.01.01.14 Profuse seperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 74 2.015 1.43 6.01.01.16 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 74 2.015 1.43 6.01.01.16 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 74 2.015 1.45 6.01.01.16 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 4.933 0 0 6.01.01.11 Provisão para imposto de renda e contribução social 33.13 <td< td=""><td>6.01.01.05</td><td>Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível</td><td>5.481</td><td>8.494</td><td>7.924</td></td<>	6.01.01.05	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	5.481	8.494	7.924
6.01.01.08 Provisão e Atual monetaria prov perdas cíveis, trabalhistas e tributárias 34.953 12.581 30.778 6.01.01.09 Provisão para manutenção e provisão para construção de obras 200.873 143.014 118.627 6.01.01.10 Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras 39.072 31.329 34.770 6.01.01.11 Receita sobre Títulos e Valores Mobiliários 4.812 4.688 6.723 6.01.01.12 Atualização monetária aquisição participação 5.056 1.730 0.07 6.01.01.13 Levantamento e atualização monetária dos depósitos judiciais -7.882 -3.252 -5.179 6.01.01.14 Tributos diferidos 7.882 -3.252 -5.179 6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 74 2.015 -4.933 -5.44 -5.01 -5.01 -5.01 -5.01 -5.02 -2.7880 -3.184 -5.01 -5.01 -5.01 -5.01 -5.02 -2.7880 -3.04 -5.04 -5.01 -5.01 -5.01 -5.01 -5.01 -5.02 -7.	6.01.01.06	Encargos Financeiros e variação monetária s/ empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	704.596	576.354	474.074
6.01.01.09 Provisão para manutenção e provisão para construção de obras 200.873 143.014 118.627 6.01.01.10 Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras 39.072 31.329 34.770 6.01.01.11 Receita sobre Títulos e Valores Mobiliários 4.812 4.668 -6.723 6.01.01.12 Atualização monetária a quisição participação 5.056 1.730 0 6.01.01.13 Levantamento e atualização monetária dos depósitos judiciais 7.882 3.252 5.5179 6.01.01.14 Tributos diferidos 50.229 4.990 8.924 6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 747 2.015 143 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial -10 -3 4.54 6.01.01.17 Casitalização Monetária Acordo de Leniência 4.933 0 0 6.01.01.11 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.02.02 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 3 3 6.01.02.02	6.01.01.07	Variação Monetária e obrigações com Poder Concedente	188.595	61.133	52.957
6.01.01.10 Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras 39.072 31.329 34.770 6.01.01.11 Receita sobre Títulos e Valores Mobiliários -4.812 -4.668 -6.723 6.01.01.12 Atualização monetária aquisição participação 5.056 1.730 0 6.01.01.13 Levantamento e atualização monetária dos depósitos judiciais -7.882 -3.252 -5.179 6.01.01.14 Tributos diferidos 50.229 -4.990 8.924 6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 747 2.015 1.43 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial -10 -34 -5.18 6.01.01.17 Capitalização de juros -56.247 -27.680 -18.472 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 0 6.01.01.02 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.02 4.507.1 5.196 6.01.02.02 De	6.01.01.08	Provisão e Atual monetaria prov perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	34.953	12.581	30.778
6.01.01.11 Receita sobre Titulos e Valores Mobiliários 4.812 4.668 6.723 6.01.01.12 Atualização monetária aquisição participação 5.056 1.730 0 6.01.01.13 Levantamento e atualização monetária dos depósitos judiciais 7.882 -3.252 -5.179 6.01.01.14 Tibutos diferidos 50.229 4.990 8.924 6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 747 2.015 1143 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial 10 -34 -54 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial 4.933 0 0 6.01.01.18 Juros ativos sobre venda participação Elog 4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02.02 Viações nos Ativos e Passivos 840.88 -510.301 -519.647 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 45.071 5.1964 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 45.071 5.1964 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 6.01.02.02 <td>6.01.01.09</td> <td>Provisão para manutenção e provisão para construção de obras</td> <td>200.873</td> <td>143.014</td> <td>118.627</td>	6.01.01.09	Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	200.873	143.014	118.627
6.01.01.12 Atualização monetária aquisição participação 5.056 1.730 0 6.01.01.13 Levantamento e atualização monetária dos depósitos judiciais -7.882 -3.252 -5.179 6.01.01.14 Tributos diferidos -50.229 -4.990 8.924 6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 747 2.015 143 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial -10 -34 -54 6.01.01.17 Capitalização de juros -56.247 -27.680 -18.472 6.01.01.18 Drovisão ve venda participação Elog 4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.02 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02.01 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 519.647 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.93 4.93 1.93	6.01.01.10	Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	39.072	31.329	34.770
6.01.01.13 Levantamento e atualização monetária dos depósitos judiciais -7.882 -3.252 -5.179 6.01.01.14 Tributos diferidos -50.229 -4.990 8.924 6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 747 2.015 143 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial -10 -34 -54 6.01.01.17 Capitalização de juros -56.247 -27.680 -18.472 6.01.01.18 Juros ativos sobre venda participação Elog 4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.01.20 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02.01 Clientes -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.09 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.05 4.93 1.90 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais 6.92 6.92 1.92	6.01.01.11	Receita sobre Títulos e Valores Mobiliários	-4.812	-4.668	-6.723
6.01.01.14 Tributos diferidos -50.229 -4.990 8.924 6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 747 2.015 143 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial -10 -34 -54 6.01.01.17 Capitalização de juros -56.247 -27.680 -18.472 6.01.01.18 Juros ativos sobre venda participação Elog -4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.01.20 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02.01 Clientes -510.301 -519.647 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais 6.958 1.990 -9.278 6.01.02.05 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.12	Atualização monetária aquisição participação	5.056	1.730	0
6.01.01.15 Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD 747 2.015 143 6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial -10 -34 -54 6.01.01.17 Capitalização de juros -56.247 -27.680 -18.472 6.01.01.18 Juros ativos sobre venda participação Elog 4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 331.133 327.910 327.341 6.01.02.0 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.05 Outros Créditos 0.077 -8.238 -12.990	6.01.01.13	Levantamento e atualização monetária dos depósitos judiciais	-7.882	-3.252	-5.179
6.01.01.16 Resultado de equivalência patrimonial -10 -34 -54 6.01.01.17 Capitalização de juros -56.247 -27.680 -18.472 6.01.01.18 Juros ativos sobre venda participação Elog -4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.01.20 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02.02 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.05 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.14	Tributos diferidos	-50.229	-4.990	8.924
6.01.01.17 Capitalização de juros -56.247 -27.680 -18.472 6.01.01.18 Juros ativos sobre venda participação Elog -4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.01.20 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.05 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.15	Perdas esperadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	747	2.015	143
6.01.01.18 Juros ativos sobre venda participação Elog -4.933 0 0 6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.01.20 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.05 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-10	-34	-54
6.01.01.19 Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência 475.669 0 0 6.01.01.20 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.06 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.17	Capitalização de juros	-56.247	-27.680	-18.472
6.01.01.20 Provisão para imposto de renda e contribuição social 331.133 327.910 327.341 6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.06 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.18	Juros ativos sobre venda participação Elog	-4.933	0	0
6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -840.888 -510.301 -519.647 6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.05 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.19	Provisão e Atualização Monetária Acordo de Leniência	475.669	0	0
6.01.02.01 Clientes -13.057 8.601 5.693 6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.06 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.01.20	Provisão para imposto de renda e contribuição social	331.133	327.910	327.341
6.01.02.02 Tributos a Recuperar 21.429 -45.071 5.196 6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.06 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-840.888	-510.301	-519.647
6.01.02.03 Despesas Antecipadas 1.054 -47 -3.444 6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.06 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.02.01	Clientes	-13.057	8.601	5.693
6.01.02.04 Pagamento de depósitos judiciais -6.958 1.990 -9.278 6.01.02.06 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.02.02	Tributos a Recuperar	21.429	-45.071	5.196
6.01.02.06 Outros Créditos 77 -8.238 -12.990	6.01.02.03	Despesas Antecipadas	1.054	-47	-3.444
	6.01.02.04	Pagamento de depósitos judiciais	-6.958	1.990	-9.278
6.01.02.07 Fornecedores -49.662 11.164 12.918	6.01.02.06	Outros Créditos	77	-8.238	-12.990
	6.01.02.07	Fornecedores	-49.662	11.164	12.918

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.08	Pagamentos de manutenção e construção de obras	-228.121	-120.858	-158.471
6.01.02.09	Partes Relacionadas	11.288	4.287	8.847
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	5.772	-2.105	8.534
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	-18.786	28.629	831
6.01.02.12	Pagamento Acordo de Leniência	-100.856	0	-582
6.01.02.13	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-19.857	-24.325	-15.938
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-10.020	3.472	7.321
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-362.842	-307.370	-335.306
6.01.02.16	Obrigações com Poder Concedente	-70.349	-60.430	-32.978
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.643.883	-807.779	-590.619
6.02.01	Investimento líquido das operações descontinuadas	4.443	0	0
6.02.02	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	865	0	0
6.02.03	Aquisição de participação - livre de caixa	-650.399	0	0
6.02.04	Aporte de capital de acionistas não controladores	0	0	18.060
6.02.05	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-1.011.886	-739.673	-596.117
6.02.06	Pagamento de dividendos minoritários	0	0	-12.562
6.02.07	Investimento em controladas - aquisição participação	-844	-60.000	0
6.02.12	Efeito de pagamento/Recebimento por venda da Elog	13.938	-8.106	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-554.069	519.706	329.746
6.03.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	19.091	-2.826	6.006
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.588.138	2.010.117	1.595.190
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-2.421.658	-670.050	-537.998
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	0	-401.825	-235.014
6.03.07	Obrigações com Poder Concedente	-41.012	-6.281	-38.932
6.03.08	Aplicações Financeiras	-105.678	0	0
6.03.09	Partes relacionadas	0	397	0
6.03.10	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-3	-3.298	3.404
6.03.14	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-592.947	-406.528	-462.910
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-794.241	1.042.510	1.018.475

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.650.489	1.607.979	589.504
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.856.248	2.650.489	1.607.979

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	492	0	0	0	492	0	492
5.04.08	Exercício plano de opções	0	492	0	0	0	492	0	492
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-185.460	0	-185.460	0	-185.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-185.460	0	-185.460	0	-185.460
5.07	Saldos Finais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.012	-242.862	-158.964	0	-392.814	-105.572	-498.386
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.012	0	0	0	9.012	3	9.015
5.04.06	Dividendos	0	0	-242.862	-158.964	0	-401.826	-2.155	-403.981
5.04.08	Aquisição participação de	0	0	0	0	0	0	-103.420	-103.420
	acionistas não controladores								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	374.510	0	374.510	7.625	382.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	374.510	0	374.510	7.625	382.135
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	215.546	-215.546	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.725	-18.725	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reservas de dividendos	0	0	196.821	-196.821	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.187	-105.014	-130.000	0	-233.827	5.519	-228.308
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	18.060	18.060
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.187	0	0	0	1.187	21	1.208
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	-130.000	0	-235.014	-12.562	-247.576
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	392.486	0	392.486	19.845	412.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	392.486	0	392.486	19.845	412.331
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	262.486	-262.486	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.624	-19.624	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	242.862	-242.862	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	4.461.910	3.634.013	3.492.908
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.366.555	2.884.076	2.810.626
7.01.02	Outras Receitas	87.631	96.871	95.746
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.007.724	653.066	586.536
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.857.854	-1.369.122	-1.220.175
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.616.020	-1.130.868	-1.141.324
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-135.229	-79.768	-78.851
7.02.04	Outros	-106.605	-158.486	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.604.056	2.264.891	2.272.733
7.04	Retenções	-1.036.555	-433.569	-418.506
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-567.505	-433.569	-418.506
7.04.02	Outras	-469.050	0	0
7.04.02.01	Acordo de leniência	-469.050	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.567.501	1.831.322	1.854.227
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	187.505	206.985	125.156
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10	34	54
7.06.02	Receitas Financeiras	187.495	206.951	122.877
7.06.03	Outros	0	0	2.225
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.755.006	2.038.307	1.979.383
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.755.006	2.038.307	1.979.383
7.08.01	Pessoal	407.989	321.581	330.675
7.08.01.01	Remuneração Direta	326.110	251.010	259.709
7.08.01.02	Benefícios	59.683	55.032	53.870
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.196	15.539	17.096
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	621.254	614.987	617.136
7.08.02.01	Federais	447.686	468.621	475.576
7.08.02.02	Estaduais	16	4	1
7.08.02.03	Municipais	173.552	146.362	141.559
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	911.043	701.099	611.588

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.01	Juros	582.247	422.187	387.736
7.08.03.02	Aluguéis	23.477	33.404	33.277
7.08.03.03	Outras	305.319	245.508	190.575
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-185.280	400.640	419.984
7.08.04.02	Dividendos	0	158.964	130.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-185.280	234.051	270.139
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	7.625	19.845

Relatório da Administração/comentário do Desempenho RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

PERFIL

O Grupo Ecorodovias é um dos maiores grupos de concessões rodoviárias do Brasil, responsável, a partir de 2019, por onze concessões, somando cerca de 3.086 quilômetros de rodovias. Em 2019 passaram cerca de 346 milhões de veículos equivalentes pelas nossas concessões rodoviárias. Adicionalmente, o Grupo detém o Ecoporto Santos, localizado no maior porto da América Latina. Cerca de 44% de toda a carga de importação e exportação do país passam pelos ativos da Ecorodovias localizados nos principais corredores de importação, exportação e turismo.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A Ecorodovias é controlada pela Primav Infraestrutura, que possui como sócios o Grupo Gavio, um dos maiores conglomerados de infraestrutura da Itália, com mais de 1.400 km de rodovias sob administração e o Grupo CR Almeida, com 50 anos de atuação no setor de construção pesada e responsável por importantes projetos de infraestrutura no Brasil.

Os Grupos Gavio e CR Almeida possuem uma visão estratégica de longo prazo e comprometimento com o setor de infraestrutura brasileiro, notadamente concessões rodoviárias, alinhada com a Companhia.

DESTAQUES 2019

Em 01 de abril de 2019, a concessionária Eco135 iniciou a cobrança de pedágio nas 6 praças de pedágio da concessão.

Em 30 de maio de 2019, foi concluída a aquisição da Eco050 (MGO) no valor de R\$654,8 milhões. A partir de 31 de maio de 2019, a concessão foi consolidada no balanço da Companhia.

Em setembro de 2019, a Ecorodovias foi vencedora do leilão das rodovias BR-364/365 realizado pelo Governo Federal.

Em 2019 a Companhia se destacou como a melhor empresa de Infraestrutura no anuário Época Negócios 360º e suas ações permaneceram pelo nono ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias

O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou aumento de 18,9% em 2019, quando comparado a 2018.

Em 2019, o crescimento de tráfego foi suportado pelo: (i) início da cobrança de pedágio pela Eco135 e pela consolidação da Eco050 (MGO); e (ii) pela greve dos caminhoneiros entre 21 de maio e 03 de junho de 2018; e parcialmente impactado pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas, a partir de 29 de maio de 2018 e na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas, a partir de 31 de maio de 2018.

Desconsiderando esses efeitos, o tráfego consolidado apresentou aumento de 0,4% em relação a 2018. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos será objeto de reequilíbrio contratual.

Veículos Pesados – crescimento de 28,0% em 2019. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos e os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros em 2018 e o início da cobrança de pedágio pela Eco135 e pela consolidação da Eco050 (MGO), o tráfego apresentou redução de 1,3% em 2019. Excluindo os efeitos anteriormente mencionados, a concessionária Ecopistas apresentou aumento de tráfego devido à retomada da produção industrial na

PÁGINA: 30 de 139

Relatório da Administração/comentário do Desempenho região e a Ecocataratas em função do crescimento do fluxo regional de exportação de grãos. A Ecovias dos Imigrantes e Ecovia Caminho do Mar tiveram o tráfego negativamente impactado pela redução das exportações de commodities agrícolas nos portos de Santos e Paranaguá pelo modal rodoviário, a Eco101 em função da redução do fluxo de veículos devido ao ciclo da indústria de celulose na região e a Ecoponte em função das obras do BRT do Rio de Janeiro próximas aos acessos à ponte.

Veículos Leves – crescimento de 11,0% em 2019 quando comparado com 2018. Desconsiderando os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros e o início da cobrança de pedágio pela Eco135 e pela consolidação da Eco050 (MGO), o tráfego apresentou crescimento de 1,9% em 2019. Excluindo o efeito anteriormente mencionado, a Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecosul e Eco101 tiveram o tráfego influenciado pelo aumento no fluxo de turistas e clima favorável. A Ecoponte apresentou redução no tráfego em função das obras do BRT do Rio de Janeiro próximas aos acessos ponte.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou redução de 1,8% em 2019, devido, principalmente, ao início da cobrança de pedágio pela Eco135 e à consolidação da Eco050 (MGO), que possuem tarifas mais baixas e aplicação do reajuste tarifário negativo da Eco101.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$4.461,9 milhões em 2019, aumento de 22,8% em relação a 2018. Excluindo a receita de construção, a receita bruta atingiu R\$3.454,2 milhões, aumento de 15,9% em relação a 2018, devido ao comportamento do tráfego e à tarifa média explicados acima e ao aumento na receita do Ecoporto em função do crescimento das movimentações no terminal.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2019, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$2.750,2 milhões, apresentando aumento de 37,6%, quando comparado com 2018. Os custos caixa, excluindo a depreciação e amortização, provisão para manutenção e custos de construção apresentaram aumento de 26,6% em relação a 2018, em função, principalmente, do início da cobrança de pedágio pela Eco135, da consolidação da Eco050 (MGO) e do Ecopátio. (Detalhamento sobre os custos de forma comparável estão disponíveis nos Releases de Resultados Trimestrais, no site www.ecorodovias.com.br/ri).

ACORDO DE LENIÊNCIA E ACORDOS COM EX-EXECUTIVOS COLABORADORES

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas Ecorodovias Concessões e Serviços ("ECS") e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal, pelo qual se comprometeram: (a) a Companhia ou a ECS a pagar o valor de R\$30 milhões a título de multa; (b) a Ecovia a arcar com R\$20 milhões de obras e R\$100 milhões de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas a arcar com R\$130 milhões de obras e R\$120 milhões de redução tarifária totalizando R\$ 400 milhões.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de setembro de 2019, foram deliberados os termos dos contratos celebrados entre a Companhia e seus ex-executivos, que disciplinam a sua colaboração com as autoridades públicas, onde a Companhia obrigou-se a pagar ao longo de 5 anos o montante total de R\$67,3 milhões.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2019 foi de R\$1.363,2 milhões. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e as provisões dos acordos de leniência e com os ex-executivos colaboradores, totalizou R\$2.033,1 milhões, aumento de 15,5% e margem EBITDA de 69,0%.

Relatório da Administração/comentário do Desemnenho EBITDA (em milhões de R\$) 2019 2018 Var. Lucro Líquido (185,5)382,1 -148,5% (+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas 0,2 18,5 -99,0% Lucro Líquido Operações Continuadas (185,3)400,6 -146,2% (+) Depreciação e Amortização 567,5 433,6 30,9% (+) Resultado Financeiro 700,1 460,7 51,9% 280,9 322,9 (+) Imposto de Renda e Contribuição Social -13,0% EBITDA1 1.363,2 1.617,8 -15,7% (+) Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores 469,1 n.m. (+) Provisão para Manutenção 200,9 143,0 40.5% EBITDA PRÓ-FORMA² 2.033,1 1.760,9 15,5% MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA² -1,0 p.p. 69,0% 70,0%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$700,1 milhões negativos em 2019, 51,9% superior a 2018 devido, principalmente, à consolidação da dívida da Eco050 (MGO) e ao início da contabilização da atualização monetária e ajuste a valor presente da outorga da Eco135 a partir de abril de 2019.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2019, a Ecorodovias apresentou um prejuízo líquido de R\$185,5 milhões. Excluindo os efeitos de ativos mantidos para venda e as provisões dos acordos de leniência e com os ex-executivos colaboradores, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$290,4 milhões com redução de 26,1%.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Ecorodovias encerrou dezembro de 2019 com saldo de caixa de R\$2.068,8 milhões e dívida bruta de R\$8.679.1 milhões.

A dívida com o poder concedente era de R\$908,8 milhões, incluindo a outorga da Eco135 no valor de R\$ R\$900,3 milhões a ser paga até 2048.

A dívida líquida, sem a dívida com poder concedente, encerrou o ano em R\$6.610,3 milhões. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA pró-forma foi de 3,2x, incluindo a consolidação do EBITDA pró-forma dos últimos 12 meses da Eco050 (MGO) e excluindo as provisões dos acordos de leniência e com exexecutivos colaboradores.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

CAPEX

O CAPEX, composto pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, realizado em 2019 foi de R\$1.296,3 milhões. Os principais investimentos realizados foram: (i) Ecovias dos Imigrantes: execução da obra, objeto de aditivo contratual, denominada Nova Entrada de Santos – Sistema Viário que eliminará os conflitos viários hoje existentes na entrada e saída do Porto de Santos e obras de conservação; (ii) Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul: obras de manutenção e conservação do pavimento; (iii) Eco101: duplicações e recuperação da rodovia conforme cronograma definido pelo contrato de concessão; (iv) Ecoponte: obras de acesso à Linha Vermelha e Avenida Portuária; (v) Eco135: investimentos em manutenção e finalização das praças de pedágio e (vi) Ecoporto: investimentos em tecnologia e manutenções.

DIVIDENDOS

No ano de 2019, a Ecorodovias encerrou o ano com um prejuízo líquido de R\$185,5 milhões, dessa forma não haverá distribuição de dividendos referente ao exercício de 2019.

¹ EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012

² EBITDA calculado excluindo a Provisão de Manutenção e desconsiderando a provisão de R\$469,1 milhões referentes aos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores em 2019

Relatório da Administração/comentário do Desempenho MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Ecorodovias listadas no Novo Mercado da B3, sob o código ECOR3, encerraram o ano cotadas a R\$16,30. O volume financeiro médio diário das ações da Ecorodovias negociadas em 2019 foi de R\$37,6 milhões, 20,9% superior ao reportado no ano anterior. O total de ações ordinárias é de 558.699.080 ações e o valor de mercado em 31/12/2019 era de R\$9,1 bilhões.

As ações da Ecorodovias integram os principais índices do mercado de ações brasileiro (Ibovespa, IBRX-100, IGC, ITAG e ISE).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecorodovias é reconhecida no mercado por adotar uma série de boas práticas de Governança Corporativa alinhadas com os princípios de transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa, que são fundamentais para assegurar o respeito aos acionistas, sejam eles majoritários ou minoritários, aos colaboradores, ao meio ambiente e à sociedade.

É constante a preocupação da Companhia em adotar as melhores práticas para seu bom desempenho e longevidade. Por isso, em 2019, fomos a melhor empresa do setor de infraestrutura pela Época Negócios 360° a partir das análises de práticas e resultados ligados a finanças, pessoas, inovação, sustentabilidade, visão de futuro e governança corporativa. Com esse intuito, o Programa de Ética e Integridade do Grupo Ecorodovias teve início em 2005 e desde sua criação vem sendo atualizado ano a ano

Em 2019, o Grupo Ecorodovias continuou a reestruturação e implementação de melhorias do seu Programa de Ética e Integridade, que hoje conta com (a) uma estrutura robusta e um conjunto de processos, (b) controles e procedimentos para prevenção, monitoramento, detecção e resposta de riscos de integridade, com foco em análises recorrentes de riscos, (c) políticas e procedimentos específicos e constantemente atualizados, tais como Código de Conduta Empresarial e Políticas de interação com poder público, concorrencial e participações em licitações, conflitos de interesse, doações e patrocínios, medidas disciplinares, brindes, presentes e entretenimento, entre outras, (d) treinamento e comunicação, (e) tecnologia e sistemas de inteligência, (f) monitoramento e testes, (g) investigações e canal de ética independente, além do (h) suporte e patrocínio da alta liderança da Companhia.

Dentro das melhores práticas adotadas pela Companhia, destacamos o programa de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança da Informação que durante os últimos anos adotou diversas iniciativas para aperfeiçoamento da governança, considerando diretrizes e responsabilidades a serem observadas pelo Grupo, de forma a realizar a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos tendo como destaque: (a) avaliação de riscos estratégicos, operacional, financeiro e de conformidade legal; (b) análise geral de riscos de todos os negócios do Grupo; (c) realização de reuniões do Comitê de Segurança de Informação; (d) mapeamento, análise e avaliação de riscos cibernéticos e falha de sistemas de infraestrutura crítica; (e) aprimoramento das práticas de continuidade de negócios por meio da revisão do Business Impact Analysis - BIA; (f) realização de testes periódicos de gestão de crises operacionais; e (g) programa de educação em segurança da informação por meio campanhas e testes de simulação de phishing.

Durante o ano de 2019, a área de riscos e controles internos foi reestruturada, estando em consonância com as melhores práticas de mercado, neste sentido, foram adotadas as seguintes iniciativas: (a) remodelação e aprimoramento da metodologia de riscos, considerando *benchmarking* de mercado; (b) reestruturação da matriz de risco de concessões rodoviárias, permitindo visão gerencial e estratégica dos riscos, sem perder as particularidades de cada concessão; (c) alinhamento da matriz de risco ao mapa estratégico do grupo; (d) inclusão da matriz de riscos e de controles internos integrados ao mapeamento de processos e programa de sustentabilidade do grupo; (e) treinamento sobre o papel do líder na gestão de riscos e de controles internos com toda a liderança desde a diretoria executiva até os coordenadores; (f) pesquisa realizada junto a liderança interna para obtenção da percepção de riscos e controles internos; e (g) publicação de instrução normativa sobre a gestão de vulnerabilidades tecnológicas.

PÁGINA: 33 de 139

Relatório da Administração/comentário do Desempenho Em 2020, o Grupo Ecorodovias continuará adotando medidas para aprimoramento da sua governança corporativa, através do Programa de Ética e Integridade e gestão da área de riscos, controles internos e segurança da informação, incluindo a implementação de iniciativas adicionais de prevenção, monitoramento, detecção e resposta da alta administração como, por exemplo: (a) criação de novos controles; (b) treinamentos presenciais e online atualizados; (c) revisões independentes do Programa de Etica e Integridade; (d) implementação de novas tecnologias; (e) atualização das matrizes de riscos em todas unidades de negócio rodoviário, porto e logística portuária; (f) revisão, remodelação e aprimoramento das atividades rotineiras de controles internos e auditoria, sujeitas a acompanhamento e monitoramento recorrentes; (g) avaliação do desenho e aderência dos controles chaves para mitigação dos riscos; (h) implantação de um programa de conscientização amplo e integrado de segurança da informação, riscos e controles internos para todos os colaboradores do grupo; (i) criação do fórum mensal para identificação e atualização dos riscos com as concessões; (j) revisão da Instrução Normativa de riscos e controles internos em consonância com as melhores práticas de governança e exigências do Novo Mercado da B3; (k) projeto de avaliação, diagnóstico e implementação de adequações para aderência à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (No. 13.709); e (I) roll over do programa de gestão de riscos, controles internos e segurança da informação para as novas concessões do Grupo.

Todos esses esforços nos dão a certeza que estamos no caminho certo e, exatamente por isso, continuaremos seguindo as melhores práticas de governança: Código de Conduta Empresarial atualizado e comprometido pela alta administração do Grupo Ecorodovias; Comitê de Ética atuante; instalação do Conselho Fiscal; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da Companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários e políticas de uso de informações e divulgação de ato ou fato relevante e de negociação com valores mobiliários: Informe de Governança "Pratique e Explique" disponível no site de Relações de Investidores da Companhia; comitês de assessoramento ao Conselho coordenados por conselheiros independentes; uso de um Portal de Governança moderno que viabiliza o trâmite de informações de maneira rápida e com segurança aos conselheiros e executivos da Companhia e Portal de Ética e Integridade, disponível aos colaboradores e ao público em geral, com todo o material produzido sobre o tema.

GESTÃO DE PESSOAS

O principal objetivo da área de Gestão de Pessoas é contribuir para o alcance de resultados do Grupo Ecorodovias, bem como alavancar o engajamento, o desenvolvimento dos colaboradores e um ambiente propício para geração de ideias inovadoras, promoção da diversidade e melhores práticas de gestão.

Em 2019, desafios significativos moveram a área de Gestão de Pessoas, que devido ao crescimento do negócio e à necessidade de acelerar a prontidão de sucessores, focou esforços no desenvolvimento de programas estruturados e ferramentas de gestão, proporcionando capacitação das equipes para os cenários atual e futuro.

Com a incorporação de duas novas unidades de concessões rodoviárias, os principais desafios foram suportados com o cumprimento do plano de negócios, definição e reestruturação de equipes, integração e sinergia de processos e sistemas, aplicação do modelo CSC - Centro de Serviços Compartilhados e disseminação da cultura organizacional.

Realizamos importantes aprimoramentos, mudanças nas estruturas organizacionais alinhadas à estratégia do Grupo Ecorodovias, práticas e políticas de *compliance* e busca pela eficiência e otimização dos recursos, garantindo a sustentação e o crescimento.

Como destaque das ações para estimular comportamentos que fortaleçam a cultura do Grupo Ecorodovias, realizamos o workshop de Valores para a Liderança, trabalhando cases específicos de nossos negócios alinhado aos valores corporativos: Colaboração, Ética, Foco em Resultado, Iniciativa e

Relatório da Administração/comentário do Desempenho Sustentabilidade. Cada diretor foi responsável por ministrar o conteúdo com o apoio da área de Gestão de Pessoas. Em outubro, realizamos o Programa Você Faz a Diferença, com o objetivo de reconhecer os colaboradores de cada unidade de negócio pela prática dos valores. Apoiamos a realização do workshop Papel do Líder na Gestão de Riscos e Controles Internos, com o intuito de contextualizar sobre os cenários do negócio e sensibilizar sobre a importância da gestão de riscos na organização, além de gerar reflexão sobre a relação destes com os valores corporativos e comportamentos esperados.

Alinhado ao mapa estratégico do Grupo, atuamos fortemente no objetivo "garantir equipes diversificadas e de alta performance, com prontidão para suportar as operações e o crescimento", por meio dos programas: Trainee, Construindo o Futuro, Desenvolvimento de Líderes e Executivos, Dilemas de Gestão e Sustentação.

Em setembro, finalizamos mais uma edição do Programa Trainee Ecorodovias, que visa captar no mercado jovens com potencial de liderança para suprir as necessidades de crescimento do negócio e futuros movimentos sucessórios. Ao término do programa, 75% dos participantes assumiram posições efetivas em nossa empresa. Em dezembro, concluímos um novo processo seletivo que contou com mais de 5.000 inscritos e resultou em 9 contratações de trainees para início das atividades em 2020.

No programa Construindo o Futuro, que consiste em proporcionar desenvolvimento aos colaboradores administrativos com potencial para assumir futuras posições de liderança, tivemos 32 participantes, sendo que destes, 59% foram movimentados para outras posições dentro do Grupo e 34% promovidos para cargos de liderança ao longo do ano.

Ainda em 2019, iniciamos o Programa Dilemas de Gestão para Coordenadores e Supervisores. Esse programa tem como principal objetivo realizar a troca de experiências, boas práticas de gestão e reflexão sobre os desafios enfrentados na liderança.

Em dezembro, realizamos a terceira edição do Seminário de Líderes Ecorodovias, com ciclo de palestras sobre cenário econômico, diversidade e inclusão, ética nas organizações e futuro do trabalho. Além de pautas com renomados palestrantes de mercado, reservamos um espaço para apresentação dos principais destaques de cada diretoria e o papel da liderança na condução dos desafios futuros.

No ciclo de avaliação anual de competências, foram envolvidos 2.426 participantes no modelo 360° para toda a liderança. Ao todo, 167 líderes foram avaliados em 31 reuniões de calibração, sendo que 86 foram mapeados para sucessão em até 3 anos. Como resultado do ciclo 2019, 6 colaboradores foram promovidos a diretores nas concessionárias e na holding e 9 assumiram posições gerenciais. Para gerar maior embasamento na tomada de decisão para sucessão, realizamos a Avaliação de Potencial para as posições chave. Como ação de sustentação, foram disponibilizados coaching executivo e mentoring, além da elaboração de plano de desenvolvimento individual.

Para fortalecer a cultura de inovação, realizamos o workshop de Inovação para o desenvolvimento dos executivos com ferramentas e práticas que estimulam a geração e aplicação de ideias. Além disso, o Comitê de Inovação, estabelecido em 2018, atuou na identificação de novas oportunidades através de grupos de trabalho e parcerias com universidades para solução de desafios do negócio. Na primeira edição do Programa InovaECO foram apresentadas 110 ideias, sendo que destas, 24 iniciativas foram pré-selecionadas, 9 avançaram para a fase de implantação e 3 classificadas como vencedoras.

Nos meses de novembro e dezembro, realizamos a Pesquisa de Engajamento em todas unidades do Grupo, com o intuito de compreender o nível de engajamento dos colaboradores e suporte oferecido pela empresa, além de impulsionar o desempenho da organização. Tivemos 87% de adesão dos colaboradores e os resultados serão base para ações em 2020/2021.

O programa de diversidade e inclusão "Caminho para Todos" consolidou importantes ações que garantiram um olhar para equipes diversificadas e de alta performance. Estabelecemos os comitês locais para tratativa de assuntos específicos das unidades. No Comitê Corporativo, estabelecido em 2018, importantes ações foram implantadas como: adesão ao Programa Empresa Cidadã; realização do

Relatório da Administração/comentário do Desempenho mapeamento dos espaços físicos de nossa empresa e aprovação da readequação para os próximos dois anos, buscando garantir a acessibilidade nos ambientes; revisão dos processos de seleção, assim como promoção de treinamentos para toda a liderança.

Como ações afirmativas de sustentação, promovemos rodas de conversas sobre os pilares Raça, Mulheres, LGBTQIA+ e PCDs, adequação dos modelos de comunicação, além da inserção do tema diversidade e inclusão nos programas de desenvolvimento e SIPATs. A contratação de migrantes em situação de vulnerabilidade e transgêneros, tornou-se uma prática consolidada em algumas unidades. Nosso desafio é buscar o melhor profissional, proporcionar um ambiente inclusivo e diverso e ampliar a conscientização para a inclusão das minorias, refletindo sobre as necessidades de nossa sociedade e o impacto da empresa como um todo.

Ainda com o objetivo de identificar oportunidades de adequações conectados com a cultura, valores e compliance do Grupo, as áreas de Benefícios e Saúde & Qualidade de Vida focaram suas ações na revisão das estruturas, processos e na atuação das áreas junto aos colaboradores. Todos os benefícios ofertados corporativamente, bem como, as ações de saúde e bem-estar, foram mantidos e fortalecidos.

A área de Benefícios atuou fortemente junto ao mercado em busca de oportunidades para o pacote ofertado aos colaboradores, combinando melhorias nos produtos, gestão sustentável e resultados positivos. Estudos, benchmarking, participação em fóruns específicos e em pesquisas de benefícios relevantes apoiaram a área neste processo.

Além disso, houve uma reestruturação de equipe que resultou em maior gestão do conhecimento, controle, governanca de processos e fortalecimento dos times de Recursos Humanos avancados em nossas unidades, impactando positivamente o dia a dia dos nossos colaboradores, atendendo suas necessidades com redução da burocracia, agilidade e transparência.

As campanhas de benefícios se tornaram abrangentes e estratégicas, com destaque para Previdência Privada que proporcionou conhecimento, informação de qualidade e autonomia, para que os colaboradores pudessem avaliar e optar por um desenho de plano adequado a sua realidade, visto o cenário de reforma da Previdência Social. Em complemento ao processo evolutivo deste benefício, a área realizou uma auditoria complexa e detalhada em 100% das contribuições de todos os participantes do plano, obtendo resultados positivos e reforçando as boas práticas de gestão e compliance.

Em relação à saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, em 2019 as ações foram intensificadas com a expansão da campanha de vacinação contra a gripe, fortalecimento interno da campanha do Governo contra o Sarampo e condução do bloqueio vacinal em áreas críticas. O programa de check up Executivo foi redesenhado para aplicação em 2020 e os demais programas foram direcionados para ações contra o sedentarismo, alimentação saudável, uso consciente do plano de assistência médica, acompanhamento clínico dos colaboradores e dependentes com patologias crônicas, suporte em internações hospitalares e monitoramento pós-alta.

Um grande destaque de 2019 foi a adesão ao Programa Empresa Cidadã, com a extensão do período de licença maternidade em 60 dias e paternidade em 15 dias, que reforça o compromisso da Ecorodovias com a diversidade.

Intensificamos a divulgação do Conte Comigo, programa de apoio aos colaboradores, que oferece orientações psicológicas, financeiras e jurídicas 24 horas nos 7 dias da semana a todos os nossos colaboradores e dependentes, além de ações direcionadas aos colaboradores PCDs, com atendimentos específicos e núcleo de atenção à saúde.

Com o objetivo de fortalecer a atuação estratégica junto às entidades sindicais e com a incorporação de novas unidades de concessões, revisamos os processos de relações trabalhistas, visando ganhos de produtividade e incremento na capacidade de atendimento, bem como nas adequações referentes às mudanças de legislação e aplicação nos acordos coletivos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho. Alinhada às mudanças organizacionais ocorridas ao longo de 2019, a área de Remuneração suportou com informações e estudos de mercado as reestruturações. Iniciou em 2019, o projeto de revisão da plataforma de Cargos & Salários, tendo como principais objetivos avaliar e adequar as estruturas organizacionais, revisar as estratégias de remuneração fixa e posicionamento frente ao mercado competidor por mão de obra. Foram utilizados estudos de consultorias especializadas para avaliar as práticas de remuneração variável de curto e longo prazo na busca por evoluções metodológicas.

Em 2019, a Ecorodovias avançou significativamente em suas estratégias, políticas, práticas e processos de gestão de pessoas, contribuindo para a competitividade e suportando o crescimento do Grupo.

A Companhia encerrou o ano com 4.309 colaboradores distribuídos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Grupo Ecorodovias tem o compromisso de promover iniciativas que contribuam com o desenvolvimento sustentável garantindo a manutenção do negócio a longo prazo, contribuindo para uma sociedade mais justa, economicamente viável e ambientalmente correta por meio de programas estruturados relacionados à Sustentabilidade. Mantém em suas diretrizes o foco no desenvolvimento sustentável por meio de sua Visão, Missão e Valor, comportamento que está alinhado aos princípios de gestão e governança da Companhia.

O nosso modelo de negócio tem como princípios a ética, a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Como reflexo dos esforços em manter padrões socioambientais de Qualidade, Meio Ambiente e de Saúde e Segurança, as concessões rodoviárias do Grupo possuem as certificações ISO 9001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001 com algumas em transição para ISO 45001. As concessionárias Ecovias e Ecopistas possuem a certificação ISO 39.001 no Sistema de Gestão de Segurança Viária.

Reflexo de seu modelo de gestão, a Ecorodovias faz parte de diversos índices e reforça o compromisso sustentável assumido com seu público, acionistas e o meio ambiente.

ISE

A Ecorodovias faz parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, desde 2011, e utiliza seus questionários como modelo de gestão, a fim de aprimorar suas práticas e inserir a sustentabilidade na rotina de suas atividades.

CDP

A Companhia também responde ao *Carbon Disclosure Program* (CDP), uma iniciativa promovida por investidores institucionais que consiste no envio de questionário de *disclosure* sobre governança climática para as maiores empresas de capital aberto do mundo com o objetivo de adequar as futuras decisões de investimentos à economia de baixo carbono, com transparência das informações.

Pacto Global

A Ecorodovias tornou-se, em 2014, signatária do Pacto Global, da ONU. O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida pelo ex secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. Essa iniciativa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Relatório da Administração/comentário do Desempenho Lançados em 2015, os ODS propõem 17 compromissos e mais de 160 metas a serem adotadas por organizações de todo o planeta, a fim de contribuir para a melhoria dos padrões de vida.

Por meio de um conjunto de compromissos, programas e metas internas em áreas como diversidade, inclusão, relacionamento com usuários, comunidade e compliance, a Ecorodovias em 2019 incorporou os objetivos à estratégia de sustentabilidade, através de um exercício de cruzamento de temas materiais para Companhia e os correspondentes indicadores.

Mudanças Climáticas

Para manter o reconhecimento na categoria Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol em 2019, o Grupo Ecorodovias mantém um intenso trabalho de identificação do nível de emissão de gases de efeito estufa por meio da realização de inventários de emissão que contempla todas as concessionárias do Grupo. Em virtude do incremento de uma nova categoria de emissões houve um acréscimo nas emissões de 2019 em relação aos anos anteriores.

Em 2019 o Grupo Ecorodovias neutralizou parte das emissões oriundas dos Escopos 1, 2 e 3 de suas operações. A Companhia permaneceu no seleto grupo de empresas que compõem o Programa Amigo do Clima, que é um programa ambiental voluntário, cujo objetivo é garantir a transparência e rastreabilidade de atividades de responsabilidade climática.

Um ponto importante a ser destacado de 2019, é a continuação do Programa de Eficiência Energética do Grupo Ecorodovias, que tem o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade e melhorar a eficiência energética em suas operações e estruturas de negócios. As ações, desenvolvidas pelas concessões rodoviárias, fazem parte do nosso compromisso com práticas destinadas à mitigação das mudanças climáticas.

Por Uma Estrada sem Acidentes

A Companhia é signatária da "Década de Ação pela Segurança no Trânsito", lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011. Em apoio à inciativa, cujo principal desafio é reduzir em 50% as ocorrências em todo o mundo, a Ecorodovias promove a campanha "Por uma Estrada sem Acidentes", a fim de conscientizar os usuários das rodovias que administra para o trânsito mais seguro. Além disso, como já citado, as concessionárias do Grupo Ecorodovias estão caminhando para certificação ISO 39001 - Segurança Viária.

Época Negócios 360º

Na 8ª edição do anuário o Grupo Ecorodovias, se destacou como a melhor empresa de Infraestrutura. Foram selecionadas 27 empresas entre as 363 empresas participantes e o anuário analisa as práticas relacionadas a finanças, pessoas, inovação, sustentabilidade, visão de futuro e governança corporativa.

Prêmio Abrasca

Pela 4ª vez, o Relatório Anual de Sustentabilidade da Ecorodovias esteve entre os melhores da categoria Empresas de Capital Aberto do Prêmio Abrasca de Relatório Anual, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Na 21ª edição, o relato esteve entre os dez melhores, com nota 93,83.

Responsabilidade Social

O Grupo Ecorodovias reafirma o compromisso com o desenvolvimento sustentável, estabelecendo diretrizes para a inserção dos aspectos sociais aos negócios. E contribui com o desenvolvimento da sociedade, promovendo a transformação da realidade dos públicos atendidos.

Em 2019, a Ecorodovias investiu em projetos de incentivos fiscais, e esteve presente em 56 cidades e em 6 estados brasileiros que impactaram cerca de 33.500 pessoas. Esses projetos são relacionados à área da cultura, cuidado com os idosos, melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, Relatório da Administração/comentário do Desempenho incentivo ao esporte, com foco nas comunidades lindeiras no entorno das rodovias, sendo os mais relevantes:

- **Ecoviver:** tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias. Em 2019, o projeto atendeu a 24 cidades, com a participação de aproximadamente 860 professores e 15.882 alunos em 278 escolas.
- **De Bem com a Via:** criado em 2008 pelo Grupo Ecorodovias, busca realizar atividades alinhadas com as proposições da "Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020", proporcionando acesso à educação para o trânsito com especial atenção aos públicos mais vulneráveis a saber, crianças, adolescentes e moradores de localidades socialmente vulneráveis, envolvendo escolas e comunidades localizadas no entorno das rodovias administradas pela concessionária. Em 2019, atendeu 11 cidades em 4 estados brasileiros e impactou 11.222 pessoas.

- Programa Na Mão Certa

O Grupo Ecorodovias participa do Programa na Mão Certa desde 2014, e pela 6ª vez consecutiva. O Grupo foi reconhecido no 13º Encontro Anual na Mão Certa, que destaca o desempenho de organizações signatárias do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

- Voluntários do Bem: projeto de voluntariado, em que os colaboradores dão aulas às crianças de escolas públicas sobre valorização dos recursos naturais, a utilização de estradas e conceitos básicos de administração de uma empresa.
- Saúde do Caminhoneiro: em alguns períodos do ano, as concessionárias disponibilizam exames médicos para caminhoneiros, além de palestras sobre saúde.
- Virando o Jogo: projeto que incentiva a prática de esportes entre crianças de 6 a 10 anos nas comunidades de Diadema. São realizadas atividades esportivas, aulas de dança e educação para o trânsito, entre outras. O objetivo do projeto é afastar as crianças das margens das rodovias e oferecer atividades recreativas e educativas.
- Preservação da fauna: diversos projetos de preservação da fauna, como por exemplo o projeto Respeito à Vida, na Ecocataratas, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação. O Grupo também apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$104,2 mil. A Companhia contratou os Auditores Independentes para trabalhos de asseguração razoável sobre a compilação e apuração dos valores dos descontos concedidos nas tarifas de pedágio aos usuários do serviço em decorrência do acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal - MPF, para as controladas indiretas Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, pelo valor de R\$50,0 mil por relatório a ser emitido.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2019.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

A Administração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui nove concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 13.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.681.279 (ativo circulante de R\$2.327.040 e passivo circulante consolidado de R\$4.008.319), principalmente decorrente de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem o controle obtido quando a Companhia estiver exposta, tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida, que correspondem na Companhia como coligada e operação em conjunto ou *joint venture*.

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Operação em conjunto (ou *Joint venture*) é um negócio em conjunto por meio do qual as partes integrantes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos *da joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente convencionado de um controle, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exige o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou *joint venture*), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2019	31/12/2018	Objetivos principais
<u>Controladas diretas</u> :			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL04 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL02 S.A. (100% até setembro de 2018)	-	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL03 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	100%	100%	Em fase pré-operacional, tendo como objetivo futuro a exploração sob o regime de concessão do sistema rodoviário Ponte Rodoanel Norte.
Controlada em conjunto (Joint Venture):	31/12/2	2019 31/12/2	018 Objetivos principais
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20%	o 20%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana do município de Belo Horizonte em Minas

Gerais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018	Objetivos principais
Controladas indiretas: via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A Ecopistas	100%	100%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A Ecocataratas	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (90% até fevereiro/2018)	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (58% até agosto/2018)	100%	100%	Exploração de concessão da rodovia BR- 101 ES/BA.
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ – Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	-	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais.
EIL02 S.A. (a partir de outubro/2018)	100%	-	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. Eco050	100%	-	Exploração de Concessão da rodovia BR- 050 MG/GO.
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	100%	-	Exploração de Concessão da rodovia BR 364/365 MG/GO.

Em 28 de setembro de 2018, a Companhia, transferiu a totalidade das ações detidas do capital social da EIL02 S.A. para sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, da totalidade de suas 3.300 (três mil e trezentas) ações, representativas de 100% do capital social da EIL02 pelo valor de R\$2.045,38 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até junho de 2026.

II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Explora o conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até junho de 2039.

III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até novembro de 2021.

IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até novembro de 2021.

V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas, as seguintes rodovias e trechos:BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até março de 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até maio de 2038.

VII) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até junho de 2045.

VIII) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. Até o momento foram celebrados 5 termos de aditamento ao Contrato, sem alteração da vigência inicialmente estabelecida. No entanto, a cláusula 16ª do Contrato prevê a possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período (25 anos), observada a regulamentação setorial. Com o advento do novo marco regulatório do setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério da Infraestrutura, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ") responsável pela fiscalização e regulação. O Ecoporto Santos tempestivamente solicitou a prorrogação antecipada da vigência do Contrato, instruindo o processo com os documentos pertinentes. Em 19 de dezembro de 2019 foi publicada a Resolução nº 7549 da ANTAQ que tratou de aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ("EVTEA") apresentado pelo Ecoporto Santos, contemplando o reequilíbrio econômico-financeiro e a prorrogação da vigência do Contrato até o ano de 2048. Em 6 de janeiro de 2020 o Ecoporto Santos apresentou recurso na esfera administrativa contra a referida Resolução para que seja reconhecido, também, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da superveniente substituição da área originalmente delimitada no Contrato por novas áreas, não contíguas, com metragem total 20% inferior (170.000m² x 136.444,03m²), causando perda de eficiência operacional.

IX) ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 - iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 - Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 363,95km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária. O início da cobrança de pedágio ocorreu em 1 de abril de 2019. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até 2048.

X) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Foi constituída em 20 de fevereiro de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote Rodoanel Norte entre os municípios de Guarulhos e São Paulo, localizada na Rodovia dos Imigrantes, S/N, 1º andar, Sala 01, Bairro Alvarenga – São Bernardo do Campo – SP. O trecho do Rodoanel Norte possui 46 km. A companhia está em fase pré-operacional, aguardando a assinatura do contrato de concessão.

XI) Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - Eco050

Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Em 30 de Maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A ("MGO Rodovias), por meio de sua holding Argovias Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S/A. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até 8 de janeiro de 2044.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

XII) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

Explora pelo regime de concessão o sistema rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479(contorno Oeste de Uberlândia/MG). A companhia assinou o contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de dezembro de 2019, e o termo de Arrolamento e Transferência de Bens em 20 de janeiro de 2020. O prazo da concessão é de 30 anos e vigerá até 20 de janeiro de 2050.

2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 29).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 15, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

g) Ativos e passivos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos comparativos.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações.

h) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Novas normas ainda não vigentes

Norma Requerimento		Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

j) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. PRINCIPAIS USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão das controladas diretas e indiretas da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão</u>

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia já considera o prazo da concessão assumindo a renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao servico de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e contrução de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 4,10% e 9,96% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 21 e nº 22.

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 23.
- 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMA.

Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, houve alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) arrendamentos, conforme descrito a seguir:

O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem de transição restrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- •Arrendamento terminal portuário; e
- •Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos nas Nota Explicativas nºs 17 e 18.

As contas patrimoniais não sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente em R\$15.333 no consolidado, sem efeito na controladora. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A Companhia apresenta a movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na Nota Explicativa nº 15.b) Intangível, e a movimentação do arrendamento a pagar na Nota Explicativa nº 19 Arrendamentos a pagar.

Devido ao Grupo EcoRodovias atuar majoritariamente no segmento de concessões abrangidos no escopo do ICPC01 Contratos de Concessão os efeitos do CPC 06 (R2) Arrendamentos são imateriais.

6. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração reclassificou de R\$13.163 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades de financiamento" e "Caixa líquido das atividades operacionais" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento de obrigações ao Poder Concedente".

<u>.</u>	Consolidado			
	Originalmente			
_	Divulgado	Reclassificação	Reapresentado	
Caixa líquido das atividades de financiamento Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(19.444)	13.163	(6.281)	
Caixa líquido das atividades operacionais Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(47.267) (66.711)	(13.163)	(60.430) (66.711)	

P. L. A.

7. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 1º de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi obtida sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 8 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 7 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 09 de agosto de 2018, foi apurado o "ajuste do preço de compra" no montante de R\$2.790 a favor da companhia, totalizando assim o valor de venda de R\$92.790.

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento. <u>Indenização Especial:</u> Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar à compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPCA a contar da data do fechamento;
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação; e
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão à Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Em 25 de setembro de 2019, o Conselho de Adminstração da Companhia, aprovou a proposta da diretoria para deixar de classificar a entidade Ecopátio Logística Cubatão Ltda como Ativo mantido para venda, em atendimento ao CPC31/IFRS5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

A Companhia avaliou que uma série de eventos ocorridos no decorrer dos exercícios de 2018 e 2019, desestimularam o interesse de potenciais compradores e, em consequência, comprometeram a estratégia de venda dessa operação. Desta forma, a Companhia não considera mais que sua venda seja altamente provável. Não satisfazendo mais a característica de operação descontinuada mantida para venda, a operação passou a ser consolidada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência de a Companhia ter deixado de classificar as operações do Ecopátio como mantidas para venda, os resultados das operações do componente anteriormente apresentado em operações descontinuadas foram classificados e incluídos no resultado das operações em continuidade. O efeito dessa consolidação a partir de 01 de janeiro de 2019, nas demonstrações da Companhia foram de: Ativos R\$80.502, Passivos R\$6.509 e no resultado de 2019 prejuízo de R\$3.790.

A Companhia mensurou o valor recuperável dos ativos da operação do Ecopátio em 31 de dezembro de 2019 e concluiu não haver perdas adicionais a serem reconhecidas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	18	21	215.084	30.927
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	15.168	141.794	1.090.626	1.340.800
Operações compromissadas (b)	-	-	34.459	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	473.532	1.247.571
Aplicações automáticas (d)	89	138	42.547	25.916
	15.275	141.953	1.856.248	2.650.489

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 9), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários, era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,0% em 31 de dezembro de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não vinculados	1.470	-	105.678	<u>-</u>
	1.470	-	105.678	_

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de investimento (a)	66.963	77.330
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	39.953	-
	106.916	77.330
Circulante	56.614	61.521
Não circulante	50.302	15.809

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 96,8% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (97,6% em 31 de dezembro de 2018).
- (b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB é remunerado a taxa média ponderada de 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói – Ecoponte e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050, para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

11. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

31/12/2019	31/12/2018
135.454	110.670
1.707	5.466
17.628	21.336
15.815	4.392
(5.855)	(3.526)
164.749	138.338
	135.454 1.707 17.628 15.815 (5.855)

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer Vencidos:	157.757	135.533
Até 30 dias	4.276	1.779
De 31 a 90 dias	2.349	869
De 90 a 120 dias	368	157
Acima de 120 dias	5.855	3.526
	170.604	141.864

A movimentação do exercício nas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	3.526	1.511
Consolidação Ecopátio (i)	1.582	-
Valores recuperados e baixados	(1.663)	(1.411)
Constituição de PECLD	2.410	3.426
Saldo no fim do exercício	5.855	3.526

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Natureza</u>				
Cível	64	64	6.795	7.264
Tributário	-	-	5.900	5.930
Trabalhista	5	-	22.481	19.300
Meio Ambiente	-	-	60.425	51.649
Desapropriações	-	-	23.735	23.952
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i> (vide Nota				
Explicativa nº 25.a.ii)	-	-	81.858	79.253
MPF-PR (iii)	-	-	2.360	-
Outros (Distribell S.A.)	2.456	2.384	2.456	2.384
_	2.525	2.448	206.010	189.732

As principais causas que resultaram no depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota Explicativa nº 25 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Saldo no início do exercício	2.448	2.299	189.732	188.470	
Consolidação Ecopátio (i)	-		618	-	
Aquisição participação (ii)	-	-	820	-	
Adições (iii)	15	-	199.229	9.414	
Baixas (iii)	(11)	-	(192.271)	(11.404)	
Atualização monetária	73	149	7.882	3.252	
Saldo no fim do exercício	2.525	2.448	206.010	189.732	

⁽i) Vide Nota Explicativas nº 7.b)

⁽ii) Vide Nota Explicativa no 13.a.ii)

⁽iii) Acerca dos bloqueios judiciais realizados em 21 de março de 2019, no valor de R\$185.368, em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas, ficou estabelecido no Acordo de Leniência firmado que o Ministério Público Federal do Paraná promoveria a desistência do pedido de bloqueio de bens. Após a manifestação de desistência pelo Ministério Público Federal, este pedido foi aceito e homologado pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região e os valores foram efetivamente desbloqueados e liberados em 10 de fevereiro de 2020.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Controladas diretas									
	Valores das investidas 31/12/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial			
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	973.590	109.112	100	100	973.590	1.022.255	109.112	590.218		
Ecoporto Santos S.A.	357.219	5.316	100	100	357.219	332.704	3.515	(33.009)		
ELG-01 Participações Ltda.	56.237	(2.313)	100	100	56.237	56.050	(2.313)	(1.971)		
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.695	(3.731)	100	100	12.695	16.426	(3.731)	(3.498)		
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	250	10	20	20	250	1.105	10	` 34		
EIL-01 Participações Ltda.	354	11	100	100	354	343	11	10		
Concessionária do Rodoanel Norte S.A Ecorodoanel	15.305	(24.237)	100	-	15.305	(7.758)	(24.237)	(7.759)		
EILO2 S.A.	-	` -	-	-	-	` -	`			
EIL 03 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-		
EIL 04 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (i)	70.653	(3.790)	100	-	70.653	-	(3.790)	-		
Lucros não realizados Eco101	(943)	52	-	-	(943)	(995)	52	54		
Lucros não realizados Ecoporto	(862)	-	-	-	(862)	(862)	-	(3)		
·	, ,			_	1.484.498	1.419.268	78.629	544.076		

⁽i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Ecopátio (i)	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital/AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2019
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.022.255	_	(197.777)	40.000	109.112	973,590
Ecoporto Santos S.A.	332,704	-	-	21.000	3.515	357,219
ELG-01 Participações Ltda.	56.050	-	-	2.500	(2.313)	56.237
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.426	-	-	-	(3.731)	12.695
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.105	-	(865)	-	` 1Ó	250
EIL-01 Participações Ltda.	343	-	-	_	11	354
Concessionária do Rodoanel Norte S.A Ecorodoanel (12.a.i)	(7.758)	-	-	47.300	(24.237)	15.305
EILO2 S.A.	` -	-	-	_	` -	-
EILO3 S.A.	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	_	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	74.443	-	_	(3.790)	70.653
Lucros não realizados - Eco101	(995)	-	-	-	· 52	(943)
Lucros não realizados - Ecoporto	(862)	-	-	-	-	(862)
- -	1.419.268	74.443	(198.642)	110.800	78.629	1.484.498

⁽i) Vide Nota Explicativa no 7.b)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Redução de capital	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Aquisição de minoritários	Venda de participação	Equivalência patrimonial	31/12/2018
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	(595.126)	_	_	81	8.777	-	590.218	1.022.255
Ecoporto Santos S.A.	200.696	` -	-	165.000	17	-	-	(33.009)	332.704
ELG-01 Participações Ltda.	55.821	-	-	2.200	-	-	-	(1.971)	56.050
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	(441)	-	-	-	-	-	(3.498)	16.426
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	-	-	-	-	34	1.105
EIL-01 Participações Ltda.	333	-	-	-	-	-	-	10	343
Concessionária do Rodoanel Norte S.A Ecorodoanel	-	-	-	1	-	-	-	(7.759)	(7.758)
EILO2 S.A.	2	-	-	-	-	-	(2)	=	-
Lucros não realizados	(1.903)	-	(5)	-	-	-		51	(1.857)
	1.294.690	(595.567)	(5)	167.201	98	8.777	(2)	544.076	1.419.268

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a.i) <u>Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel</u> - Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Após a homologação e a adjudicação do resultado do leilão pela Artesp - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, a Companhia será convocada para a assinatura do contrato de concessão.

a.ii) Combinação de negócios

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050 - Em 1º de fevereiro de 2018 a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A, através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebrou contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no munícipio de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044. Em 30 de maio de 2019, foram concluídas todas as condições precedentes, a efetiva transferência das ações da Argovias para a Companhia e a quitação da aquisição, pelo valor atualizado de R\$654.764. O excedente entre o preço de aquisição e a mensuração preliminar do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, de R\$414.086 foi alocado em intangível direito de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a Companhia apresenta a avaliação preliminar dos valores justos na data de aquisição:

Ativo:	31/05/2019	Passivo:	31/05/2019
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras – conta reserva Clientes Tributos a recuperar Despesas antecipadas Depósitos judiciais Outros créditos Tributos diferidos Imobilizado Intangível	4.365 43.865 11.325 881 1.589 820 1.568 9.742 35.197 1.108.865	Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos pagar Debêntures Fornecedores Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Obrigações com o Poder Concedente Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis Provisão para manutenção Outras contas a pagar	790.292 721 86.102 45.446 2.544 4.391 55 455 4.159 34.435 8.939
		Total do passivo Patrimônio Líquido Capital social Reserva legal Reserva de lucro Prejuízos acumulados	281.250 2.136 40.586 (83.294) 240.678
Total do ativo	1.218.217	Total do passivo e patrimônio líquido	1.218.217

a.iii) <u>Ecovias do Cerrado S.A.</u> - Em 19 de dezembro de 2019, a controlada indireta Ecovias do Cerrado S.A., assinou contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para exploração por 30 anos da BR 364/365 MG/GO, no trecho entre o entroncamento com a BR-060(A) (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,00 Km de extensão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Valores das investidas 31/12/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	301	13	20%	20%	250	1.105	10	34
				-	250	1.105	10	34

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2018	Amortização	31/12/2019
Ágio – Ecosul Ágio – Anish Ágio – Ecoporto - (direito de concessão)	3.724 37.744 329.338 370.806	(514) - (11.076) (11.590)	3.210 37.744 318.262 359.216
	31/12/2017	Amortização	31/12/2018
Ágio – Ecosul Ágio - Anish Ágio – Ecoporto – (direito de concessão)	4.238 37.744 340.414	(514) - (11.076)	3.724 37.744 329.338
, ,	382.396	(11.590)	370.806

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2019:

							Patrimônio
		Ativo	Ativo Não		Passivo	Passivo Não	Líquido/(Passivo a
Controladas diretas	ATIVO	Circulante	Circulante	PASSIVO	Circulante	Circulante	Descoberto)
ETI 04	254	254		254			254
EIL01	354	354	-	354	-		354
Ecorodovias Concessões	4.777.563	899.074	3.878.489	4.777.563	947.530	2.856.443	979.590
Ecoporto Santos	719.990	31.737	688.253	719.990	255.188	107.583	357.219
Termares	33.249	12.654	20.595	33.249	11.300	9.254	12.695
Ecorodoanel	15.395	249	15.146	15.395	90	-	15.305
ELG01	56.237	82	56.155	56.237	-	-	56.237
EIL03	-	-	-	-	-	-	-
EIL04	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio	73.887	9.147	64.740	73.887	1.636	1.598	70.653
Combusta da a la disabasa							
<u>Controladas indiretas</u>		.== .==					
Ecovia	281.435	159.183	122.252	281.435	115.718	47.349	118.368
Ecosul	397.011	34.889	362.122	397.011	316.056	11.962	68.993
Ecovias	1.936.587	156.931	1.779.656	1.936.587	254.004	1.122.133	560.450
Ecocataratas	432.851	171.106	261.745	432.851	159.825	205.268	67.758
Ecopistas	1.626.098	162.033	1.464.065	1.626.098	209.588	829.350	587.160
Eco101	1.055.511	51.535	1.003.976	1.055.511	80.088	411.671	563.752
Ecoponte	679.474	210.230	469.244	679.474	53.162	425.590	200.722
Eco135	1.147.197	121.986	1.025.211	1.147.197	265.945	896.080	(14.828)
EIL02	1	1	-	1	-	-	1
Anish	64.148	173	63.975	64.148	1.062	7.142	55.944
Paquetá	11.049	49	11.000	11.049	4	-	11.045
Argovias	416.491	404	416.087	416.491	117	-	416.374
Eco050	1.312.992	73.210	1.239.782	1.312.992	79.052	817.853	416.087
Ecovias do Cerrado	292.058	280.699	11.359	292.058	12.328	-	279.730

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Controladas diretas</u>	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
EIL01	_	-	_	_	_	_	_	_	14	14	(3)	11
Ecorodovias Concessões	179,475	(114.698)	64,777	(69.019)	(10.705)	(11.415)	256,468	230.106	(163.137)	66,969	42.143	109.112
Ecoporto Santos	110.032	(95.866)	14.166	(35.473)	-	54.051	-	32,744	(28.022)	4,722	593	5.315
Termares	57.449	(45.414)	12.035	(17.483)	-	25	-	(5.423)	(81)	(5.504)	1.773	(3.731)
Ecorodoanel	-	(4)	(4)	(370)	-	-	-	(374)	(19.866)	(20.240)	(3.997)	(24.237)
ELG01	-		-	-	-	-	(2.316)	(2.316)	3	(2.313)	(1)	(2.314)
EIL03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio	20.845	(19.428)	1.417	(4.515)	-	(38.476)	-	(41.574)	283	(41.291)	(984)	(42.275)
<u>Controladas indiretas</u> Ecovia	279.384	139.710)	139.674	(10 414)		(127.543)		(6.283)	(8.270)	(14 552)	(20.071)	(F2 F24)
	279.384 378.442	,	139.674	(18.414) (16.755)	-	,	-	(6.283) 182.402	, ,	(14.553) 164.833	(38.971)	(53.524) 109.510
Ecosul Ecovias	1.138.289	(179.330) (475.991)	662.298	(43.216)	-	45 1.696	-	620.778	(17.569) (70.872)	549.906	(55.323) (178.074)	371.832
Ecocataratas	339.750	(222.566)	117.184	(15.843)	-	(249.986)	-	(148.645)	(18.539)	(167.184)	(34.168)	(201.352)
Ecopistas	343.687	(201.635)	142.052	(19.002)	-	324	_	123.374	(84.040)	39.334	(11.514)	27.820
Eco101	441.800	(402.771)	39.029	(13.675)	_	175	_	25.529	(9.138)	16.391	(5.036)	11.355
Ecoponte	369.594	(313.713)	55.881	(11.557)	_	(1)	_	44.323	(11.099)	33.224	(9.850)	23.374
Eco135	279.810	(179.368)	100.442	(9.896)	_	(5)	_	90.541	(128.445)	(37.904)	12.370	(25.534)
EILO2	-	(173.300)	-	(3.030)	_	-	_	-	(120.115)	(37.301)	-	(23.331)
Anish	26	_	26	(1.820)	-	-	(180)	(1.974)	(342)	(2.316)	_	(2.316)
Paquetá		_	-	(174)	-	-	-	(174)	(7)	(181)		(181)
Argovias	_	(28)	(28)	-	-	_	(975)	(1.003)	(3.301)	(4.304)	_	(4.304)
Eco050	209.507	(163.657)	45.85Ó	(10.141)	-	218	-	35.927	(37.330)	(1.403)	428	(975)
Ecovia do Cerrado	-	(15)	(15)	-	-	-	-	(15)	882	` 867	(291)	` 576

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

a) Controladora

	Hardware	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - % Taxa média ponderada de depreciação - %	20,0 4,6	10,0 1,1	10,0 2,4	4,0 3,9	- 9,1	- -
		CUSTO				
Saldos em 31/12/2018	1.477 173	264	549	1.956	3.626 15	7.872 188
Adições Baixas	(34)	-	-	-	(221)	(255)
Saldos em 31/12/2019	1.616	264	549	1.956	3.420	7.805
	[DEPRECIAÇÃO				
Saldos em 31/12/2018	(1.322)	(252)	(488)	(910)	(2.374)	(5.346)
Adições Saldos em 31/12/2019	(71)	(3) (255)	(13) (501)	(76) (986)	(312)	(475) (5.821)
341d03 CH1 31/12/2013	(1.555)	(233)	(501)	(300)	(2.000)	(3.021)
		RESIDUAL				
Em 31/12/2019 Em 31/12/2018	223 155	9 12	48 61	970 1.046	734 1.252	1.984 2.526
2.11 31, 12, 2313	Hardware	Máguinas e	Móveis e	Edificações	Outros	Total
	riaiuwaie	equipamentos	utensílios	Luilleações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	_	_
Taxa média ponderada de depreciação - %	8,3	1,0	3,6	5,2	11,5	-
		CUSTO				
Saldos em 31/12/2017	1.439	264	549	1.956	3.617	7.825
Adições Transferência	39 (1)	- -	-	-	8 1	47 -
Saldos em 31/12/2018	1.477	264	549	1.956	3.626	7.872
	Г	DEPRECIAÇÃO				
Saldos em 31/12/2017	(1.233)	(250)	(473)	(835)	(2.059)	(4.850)
Adições Transferências	(91) 2	(2)	(15)	(76) 1	(312)	(496)
Saldos em 31/12/2018	(1.322)	(252)	(488)	(910)	(2.374)	(5.346)
		RESIDUAL				
Em 31/12/2018	155	12	61	1.046	1.252	2.526
Em 31/12/2017	206	14	76	1.121	1.558	2.975

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobilizado andamento	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,9	5,1	7,5	-	42,4	-	3,4	23,1	29,0	6,9	-
				CUSTO							
Saldos em 31/12/2018	285.354	280.474	27.746	55.164	21.703	69.837	225.970	21.083	10.495	22.983	1.020.809
Consolidação Ecopátio (i)	6.166	12.631	859	189	84.698	-	21.597	-	16.175	1.303	143.618
Aquisição Participação (ii)	85.169	5.307	775	-	-	-	-	11.957	-	1.541	104.749
Adições	14.389	6.337	1.177	15	-	69	475	468	2.919	3.245	29.094
Baixas	(327)	(2.045)	(40)	-	-	-	-	(3.326)	(6)	(1.652)	(7.396)
Transferências	6.517	17.253	(2.779)	15.186	(11.088)	(69.906)	9.549	113	(2.384)	(7.793)	(45.332)
Saldos em 31/12/2019	397.268	319.957	27.738	70.554	95.313	-	257.591	30.295	27.199	19.627	1.245.542
				DEPRECIAÇ	.ÃO						
Saldos em 31/12/2018	(251.427)	(128.688)	(17.385)	-	(3.171)	-	(71.079)	(15.982)	(1.058)	(8.487)	(497.277)
Consolidação Ecopátio (i)	(5.745)	(9.266)	(520)	_	(44.163)	-	(40.000)	((6.228)	(786)	(76.931)
Aquisição Participação (ii)	(59.985)	(1.270)	(306)	_	-	-	-	(7.585)	-	(406)	(69.552)
Adições	(23.559)	(Ì5.345)	(1.925)	_	(4.496)	-	(7.923)	(4.184)	(2.769)	(1.040)	(61.241)
Baixas	` 256	` 2.04Ś	` 4Ó	-	` -	-	` -	2.542	` -	` _	` 4.883
Transferências	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Saldos em 31/12/2019	(340.460)	(152.524)	(20.096)	-	(51.830)	-	(89.225)	(25.209)	(10.055)	(10.719)	(700.118)
				DEGID:::							
				RESIDUA							
Em 31/12/2019	56.808	167.433	7.642	70.554	43.483	-	168.366	5.086		8.908	545.424
Em 31/12/2018	33.927	151.786	10.361	55.164	18.532	69.837	154.891	5.101	9.437	14.496	523.532

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobilizado andamento	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - % Taxa média ponderada de	20,0	10,0	10,0	=	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
depreciação - %	8,2	5,5	7,3	-	3,3	-	2,5	11,3	11,5	6,3	-
CUSTO											
Saldos em 31/12/2017	264.162	278.076	27.217	55.157	21.701	70.335	218.736	19.865	9.008	31.836	996.093
Adições	21.294	3.374	706	7	-	-	24	869	971	617	27.862
Baixas	(125)	(1.062)	(177)	-	-	-	-	(741)	(17)	1.024)	(3.146)
Transferências	23	86	-	-	2	(498)	7.210	1.090	533	(8.446)	_
Saldos em 31/12/2018	285.354	280.474	27.746	55.164	21.703	69.837	225.970	21.083	10.495	22.983	1.020.809
DEPRECIAÇÃO											
Saldos em 31/12/2017	(232.356)	(120.650)	(15.738)	-	(2.750)	-	(62.324)	(14.308)	(244)	(9.832)	(458.202)
Adições	(19.043)	(9.165)	(1.858)	-	(422)	-	(6.472)	(2.044)	(956)	(1.171)	(41.131)
Baixas	125	1.023	161	-	-	-	-	741	6	-	2.056
Transferências	(153)	104	50	-	1	-	(2.283)	(371)	136	2.516	
Saldos em 31/12/2018	(251.427)	(128.688)	(17.385)	-	(3.171)	-	(71.079)	15.982)	(1.058)	(8.487)	(497.277)
RESIDUAL											
Em 31/12/2018	33.927	151.786	10.361	55.164	18.532	69.837	154.891	5.101	9.437	14.496	523.532
Em 31/12/2017	31.806	157.426	11.479	55.157	18.951	70.335	156.412	5.557	8.764	22.004	537.891

⁽i) Vide Nota Explicativa no 7.b)

Em 31 de dezembro de 2019, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rúbrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

⁽ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controladora

				Custo			Amortização		Resi	dual
	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Softwares de terceiros	20,0	10,2	1.091	18	1.109	(934)	(112)	(1.046)	63	157
			1.091	18	1.109	(934)	(112)	(1.046)	63	157
		_		Custo			Amortização		Resi	dual
	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Softwares de terceiros	20,0	15,6	1.086	5	1.086	(766)	(168)	(934)	157	320
			1.086	5	1.086	(766)	(168)	(934)	157	320

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Ágio ELG-01	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2) (iii)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	10,2	-	-	-	-	-
			CUSTO	0				
Saldos em 31/12/2018	7.928.381	8.561	146.899	559.169	37.744	402	-	8.681.156
Consolidação Ecopátio (i)	-	_	5.518	-	-	1.003	24	6.545
Aquisição Participação (ii)	1.522.270	-	1.764	72.538	-	-	-	1.596.572
Adições	108.483	-	10.358	975.894	-	-	-	1.094.735
Baixas	(3.036)	-	-	(97)	-	-	-	(3.133)
Transferências	366.429	-	(169)	(320.603)	-	(325)	-	45.332
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	-	15.333	15.333
Saldos em 31/12/2019	9.922.527	8.561	164.370	1.286.901	37.744	1.080	15.357	11.436.540
			AMORTIZA	AÇÃO				
Saldos em 31/12/2018	(2.845.645)	(4.700)	(107.275)	-	-	(63)	-	(2.957.683)
Consolidação Ecopátio (i)	` <u>-</u>	` -	(4.938)	-	-	(279)	-	(5.217)
Aquisição Participação (ii)	(72.302)	-	(1.319)	-	-	-	-	(73.621)
Adições	(484.478)	(514)	(15.512)	-	-	(67)	(5.693)	(506.264)
Baixas	165		-	-	-	-	-	165
Transferências	-	-	12	-	-	(12)	-	-
Saldos em 31/12/2019	(3.402.260)	(5.214)	(129.032)	-	-	(421)	(5.693)	(3.542.620)
			RESIDU	AL				
Em 31/12/2019	6.520.267	3.347	35.338	1.286.901	37.744	659	9.664	7.893.920
Em 31/12/2018	5.082.736	3.861	39.624	559.169	37.744	339	-	5.723.473

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (ci)	Ágio ELG-01	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	12,4	-	-	-	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2017	6.539.932	8.561	134.777	405.281	37.744	391	7.126.686
Adições	1.027.928	-	11.362	522.575	-	9	1.561.874
Baixas	(7.404)	-	-	-	-	-	(7.404)
Transferências	367.925	-	760	(368.687)	-	2	· -
Saldos em 31/12/2018	7.928.381	8.561	146.899	559.169	37.744	402	8.681.156
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2017	(2.470.826)	(4.186)	(90.178)	-	-	(55)	(2.565.245)
Adições	(374.819)	(514)	(17.104)	-	-	(1)	(392.438)
Baixas				-	-	-	
Transferências	-	-	7	-	-	(7)	-
Saldos em 31/12/2018	(2.845.645)	(4.700)	(107.275)	-	-	(63)	(2.957.683)
RESIDUAL							
Em 31/12/2018	5.082.736	3.861	39.624	559.169	37.744	339	5.723.473
Em 31/12/2017	4.069.106	4.375	44.599	405.281	37.744	336	4.561.441

- (i) Vide Nota Explicativa no 7.b)
- (ii) Vide Nota Explicativa no 13.a.ii)
- (iii) Vide Nota Explicativa no 5
- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2019, as principais adições nesta rúbrica referem-se a: (i) Ecosul R\$5.909 restauração de pavimento reconstrução de pavimento rígido da balança, sinalização e implantação de drenos do Polo de Pelotas, obras no TAC R\$1.439 e R\$1.227 implantação de monitoramento e revitalização das praças de pedágio; (ii) Ecovias R\$7.717 sinalização horizontal, dispositivos de segurança, manutenção da infraestrutura viária, serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes e implantação conexão Porto de Santos; (iii) Ecocataratas R\$22.675 programas de recuperação de pavimentos e sinalização da Rodovia BR 277; (iv) Ecopistas R\$40.332 restauração de pavimento, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto e Ayrton Senna; (v) Eco101 R\$46.025 adequações de imobilizado, sistemas de drenagem e obras de artes correntes, pavimentação e sinalização e duplicação subtrecho F36 km32,14 ao km35; (vi) Ecoponte R\$26.440 desapropriações, pavimentos diversos e inspeções de obras de artes especias; (vii) Eco50 R\$212.406 projetos de imobilização nas instalações e pavimentação; (viii) Eco135 R\$93.318 obras civis nas praças de pedágios e trabalhos iniciais de pavimentação, sinalização, terraplenos, obras de artes especiais e subestações futura da sede Eco135.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2019 foram 5,97% a.a. (5,19% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (c) As principais adições na rúbrica "Intangível em Andamento" no ano de 2019 referem-se a: (i) Ecovia R\$11.554 restauração e manutenção de pavimento do acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$66.220 restauração e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos do Polo Pelotas e R\$2.176 recuperação de obras de artes especiais; (iii) Ecovias R\$178.630 implantação da conexão Porto-Cidade de Santos, restauração de pavimento e recuperação e contenção de encostas; (iv) Ecocataratas R\$141 inspeções extraordinaria de obras especiais e implantações de dissipador de energias da BR277; (v) Ecopistas R\$4.040 drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e restauração de passivos ambientais e condicionantes ambientais; (vi) Eco101 R\$201.110 obras na duplicação subtrecho EF35 Km 3052 e interseções Diamante Km 2980 e subtrecho F36 KM 3214 KM 33, pavimentações, desapropriações e passarela de contorno de Vitoria; (vii) Ecoponte R\$219.169 inspeções especiais de pavimentos e obras de arte especiais, e obras da construção da Alça da Linha Vermelha e Alça de ligação Av. Portuária/Av. Bras, desapropriações e recuperação de obras de artes especiais; (viii) Eco050 R\$115.552 projetos de imobilizações das instalações, reabilitação do pavimento, duplicações e melhorias trechos Km286800 ao Km309400, Trombeta-MG e Diamante-GO; (viv) Eco135 R\$20.249 trabalhos iniciais na rodovias, obras civis nas praças de pedágios e R\$53.373 capitalização de encargos e AVP sobre onus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial); (x) Ecovias do Cerrado R\$11.359 projetos de estudos iniciais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados R\$56.247 referentes a encargos financeiros (R\$27.680 em 31 de dezembro de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de 27,65%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 15,52%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não identificou fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Os principais fatores externos compreendem, substancialmente histórico e projeção de PIB, correlação das projeções de tráfego com PIB e histórico de geração de caixa e lucratividade de cada concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado								
	Consolidado								
				Balanço p	atrimonial		Resultado		
			Aquisição				<u> </u>		
	31/12/2018	Ecopátio (ii)	Partic. (iii)	Adições	Baixas	31/12/2019	31/12/2019		
Realização do ágio na incorporação:									
Ecoporto	166.755	-	-	-	-	166.755	-		
Ecosul	2.578	=	=	-	(350)	2.228	(350)		
Ecocataratas	26.927	-		-	(9.231)	17.696	(9.231)		
Ecopátio	-	3.180	-	-	(289)	2.891	(289)		
Provisão para perdas cíveis,									
trabalhistas e tributárias	44.340	660	594	4.325	(2.126)	47.793	2.199		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	61.723	-	14.998	48.438	(11.049)	114.375	37.389		
Provisão para manutenção	108.962	-	11.708	63.146	(38.956)	144.860	24.190		
AVP ônus Concessão	1.447	-	-	-	(280)	1.167	(280)		
Perdas esperadas em créditos de									
liquidação duvidosa - PECLD	717	326	-	133	(711)	465	(578)		
Efeito Lei nº 12.973/14 - extinção									
RTT	(45.089)	-	-	-	3.341	(41.748)	3.341		
Depreciação societária	(9.255)	186	-	-	353	(8.716)	353		
Juros capitalizados	(17.936)	(171)	(21.118)	1.381	(6.336)	(44.180)	(4.955)		
Outros	3.545	-	3.560	4.816	(6.376)	5.280	(1.560)		
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	344.714	4.181	9.742	122.239	(72.010)	408.866			
Receita (despesas) de IR e CS									
diferido							50.229		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Eco101, e Eco135.
- (ii) Vide Nota Explicativas no 7.b)
- (iii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos em 31 de dezembro de 2019 R\$421.425 no ativo não circulante e R\$12.559 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2018 R\$ 367.380 no ativo não circulante e R\$ 22.666 no passivo não circulante).

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado						
		31/12/2019		31/12/2018			
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	
2019	-	_	-	40.531	782	41.313	
2020	79.322	(1.194)	78.128	38.448	486	38.934	
2021	83.244	(1.194)	82.050	36.179	(1.850)	34.329	
2022	58.654	(3.596)	55.058	7.835	(1.847)	5.988	
2023	70.844	(3.596)	67.248	7.835	(1.848)	5.987	
2024	8.624	(199)	8.425	15.770	(1.226)	14.544	
Posteriores a 2024 (*)	120.737	(2.780)	117.957	220.782	(17.163)	203.619	
	421.425	(12.559)	408.866	367.380	(22.666)	344.714	

^(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC01 e ajuste do RTT.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição	(405.000)	202.457	05.604	722 560
social	(185.280)	393.157	95.624	723.560
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota				
combinada	62.995	(133.673)	(32.512)	(246.010)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(1.099)	-
Gratificações/PPR diretores	(1.538)	(2.296)	(3.266)	(5.659)
Equivalência patrimonial	26.734	183.356	4	11
Despesas indedutíveis	(4)	(7)	(933)	(263)
Amortização de ágio	(3.941)	(3.940)	24.877	24.476
Incentivos fiscais (PAT)	· -	· -	1.996	1.766
Créditos tributários não constituídos (i)	(58.893)	(50.099)	(106.278)	(98.051)
Créditos tributários Ecosul	` -	(142)	· -	(142)
Operações descontinuadas	61	` -	61	` -
Acordo Leniência (ii)	(25.552)	_	(161.727)	-
Outros	138	6.659	(2.027)	952
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(142)	(280.904)	(322.920)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(142)	(331.133)	(327.910)
Impostos diferidos	-	. ,	50.229	4.990
'				
Taxa efetiva	-	-	293,8%	44,60%

- (i) São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos e Ecorodoanel.
- (ii) Vide Nota Explicativa nº 24.c).

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	31/12/2019 31/12/201				
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	45.091	24.551			
Despesa IR/CS DRE	331.133	327.910			
Total de IR/CS pagos	(362.842)	(307.370)			
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	13.382	45.091			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

		Vencimento			
Modalidade	Companhia	final	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6,0%a.a.	46	97
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	124	168
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0%a.a.	91	292
Finem (c)	Ecopistas	07/2025	IPCA $+ 2,45\%a.a.$	23.255	27.390
Finem (c)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	64.338	92.799
Finame (d)	Ecoporto Santos	10/2020	6,0%a.a.	1.125	2.919
Finem (e)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	159.100	169.567
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	227.305	187.354
Financiamento (f)	Eco101	12/2019	21,27%a.a.	-	111
Finem (g)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	59.222	51.410
Finem (g)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	118.812	28.461
Finem (g)	Ecoponte	06/2034	TJLP + 3,48%a.a.	18.511	-
BNDES (i)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	227.097	-
BDMG (j)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	90.414	-
FINISA - CEF (k)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	258.033	-
FDCO - CEF (I)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	134.817	-
Em moeda estrangeira:					
Finimp (h)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2,0%a.a.	=	85.173
			- -	1.382.290	645.741
			_		
Circulante				97.105	81.029
Não circulante				1.285.185	564.712

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	79.283
2021	82.718	68.992
2022	76.532	60.998
2023	80.123	53.175
2024	81.028	42.081
Posteriores a 2024	964.784	260.183
	1.285.185	564.712

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	645.741	583.368
Adições	189.485	115.926
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	790.292	=
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29)	105.579	70.512
Pagamento principal	(239.968)	(77.662)
Pagamento de juros	(108.839)	(46.403)
Saldo no fim do exercício	1.382.290	645.741

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão.
(d)	Ecoporto Santos	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienção do bem.
(e)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Alienação do bem.
(g)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da
(h)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) Patrimônio Líquido Tangível > 20.000 (ii) Patrimônio Líquido/Ativo Total da controladora EcoRodovias I&L > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura e Logística.
(i)	ECO050	BNDES	A razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (ECS), deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(j)	ECO050	BDMG	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(k)	ECO050	Caixa/ FINISA	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(1)	ECO050	FDCO	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2019 está demonstrado a seguir:

Índices financeiros Ecopistas (c)	Exigido	Medido				
(i) Patrimônio líquido/passivo total(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 20% ≥ 1,20 < 4,00	36,16% 1,30 2,91				
Índices financeiros Ecoponte (g)	Exigido	Medido				
 (i) Patrimônio líquido/passivo total (ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida (iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (iv) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) 	≥ 20% ≥ 1,30 ≤ 4,00	34% 4,77 2,54 3,06				
Índices financeiros Eco050 (i)	Exigido	Medido				
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) ≤ 4,00 3,06 Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ecopistas

Subcrédito (*)	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	83.537	114 mensais
b	85.528	85.528	69.109	114 mensais
d	27.999	27.999	17.684	114 mensais
е	21.769	21.769	10.884	10 anuais
j	11.281	11.281	4.750	114 mensais
k	22.438	22.438	9.447	114 mensais
1	9.169	9.169	3.668	10 anuais
Total	277.384	277.384	199.079	_

^(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
·				
Α	188.473	188.473	32.910	150 parcelas
B1	66.237	66.237	6.151	150 parcelas
B2	52.483	52.483	3.829	150 parcelas
В3	117.799	117.799	7.147	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	=	-	150 parcelas
В6	50.485	=	-	150 parcelas
C1	54.165	=	-	150 parcelas
C2	28.231	=	-	150 parcelas
C3	99.159	=	-	150 parcelas
C4	50.671	=	-	150 parcelas
C5	26.409	=	-	150 parcelas
C6	92.762	=	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	_	150 parcelas
Total	882.144	424.992	50.037	

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	61.445	4.083	177 mensais
b	177.920	118.195	407	157 mensais
С	118.915	19.075	=	163 mensais
d	10.625	784	36	177 mensais
е	2.075	1.453	6	157 mensais
Total	417.000	200.952	4.532	_

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Eco050

		BDMG		
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a b Total	85.000 35.000 120.000	85.000 6.138 91.138	983 52 1.035	234 mensais 234 mensais
		FINISA		
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a Total	350.000 350.000	257.320 257.320 BNDES	2.975 2.975	234 mensais
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A B1 B2 C1 C2 D1 D2 R S X Y Z	75.998 17.026 25.387 18.912 28.916 19.603 27.558 46.600 2.675 42.500 48.000 79.500	75.998 17.026 25.387 18.912 22.704 - - 37.095 - 31.790 - -	883 197 293 219 262 - - 398 - 352 - - 2604	234 mensais 234 mensais
TOLAI	432.075	228.912	2604	ı
		FDCO		
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a Total	200.000 200.000	147.035 147.035	13.772 13.772	40 semestrais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

			Controla	adora	Conso	lidado
Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	05/00/0					
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-		161.665
1ª Emissão – Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	50.085	167.414
2ª Emissão – Ecosul	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	-	59.775	50.123
3ª Emissão – Ecosul	06/2020	107,0% CDI a.a. IPCA + 3,80%a.a./IPCA	-	-	178.126	56.122
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	4,28%a.a.	-	-	1.145.941	1.244.376
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	-	208.864
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	343.358	407.561
1ª Emissão - Eco101	12/2020	CDI + 2,56% a.a.	-	-	25.007	25.000
1ª Emissão - Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.149	226.224
1ª Emissão – Ecorodovias Concessões						
(Cessão)	04/2020	CDI+1,42% a.a.	-	-	186.412	373.229
2ª Emissão – Ecorodovias Concessões						
(3ª Série)	10/2022	IPCA + 5,35% a.a.	-	-	600.999	694.574
3ª Emissão – Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% CDI	-	-	-	220.106
5ª Emissão – Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% CDI	-	-	-	100.113
6a Emissão – Ecorodovias Concessões	•	106,0% e 110,25% do				
(1ª e 2ª Série)	11/2022	CDI	-	-	1.075.214	1.076.561
6ª Emissão – Écorodovias Concessões	•					
(3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	32.482	31.346
7ª Emissão – Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438% a.a.	-	-	380.841	365.532
	•	CDI + 1,30% a.a. /				
8a Emissão – Ecorodovias Concessões	04/2026	IPCA + 5,50%	-	-	910.126	-
1ª Emissão - Ecorodoanel	03/2020	119,0% CDI	-	-	-	900.048
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	-	125.290
2ª Emissão – Ecoporto Santos	06/2020	CDI + 1,85% a.a.	-	-	129.751	
3ª Emissão – Ecoporto Santos	12/2020	CDI+1,75% a.a.	-	-	69.558	-
2ª Emissão – EcoRodovias	•	,				
Infraestrutura	06/2019	105,5% CDI	-	89.770	-	-
3ª Emissão – EcoRodovias	•	•				
Infraestrutura	04/2020	CDI +1,25% a.a.	131.505	131.265	131.505	131.265
4ª Emissão – EcoRodovias						
Infraestrutura	12/2021	115,0% CDI	298.856	297.355	298.856	297.355
5ª Emissão – EcoRodovias						
Infraestrutura	06/2020	CDI+1,35%	1.137.237	-	1.137.237	-
1ª Emissão – Eco050	12/2029	IPCA + 9% a.a.	-	-	84.394	-
1ª Emissão – Ecoponte	10/2034	IPCA + 4,4% a.a.	-	-	218.232	-
			1.567.598	518.390	7.284.048	6.862.768
Circulante			1.419.332	2.183	3.190.642	1.417.300
Não circulante			148.266	516.207	4.093.406	5.445.468
rado en cularite			170.200	310.207	7.075,700	5.775.700

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

_	Controladora		Conso	lidado
_	31/12/2019 31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	518.390	84.053	6.862.768	5.415.248
Adições	1.090.034	425.925	2.398.653	1.894.191
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	-	-	86.102	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29)	81.204	13.377	587.137	505.842
Pagamento principal	(80.000)	-	(2.115.326)	(592.388)
Pagamento de juros	(42.030)	(4.965)	(535.286)	(360.125)
Saldo no fim do exercício	1.567.598	518.390	7.284.048	6.862.768

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881.000 atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série R\$200.000, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série R\$681.000, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370.000, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) 4ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

2ª Emissão (Privada)

Em 14 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300.000, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100.000 referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70.000 referentes a segunda série, R\$40.000 referentes a terceira série e R\$40.000 referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 18 de dezembro de 2019, foram liquidados R\$50.000 referentes a quinta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão contou com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada. A referida debênture foi quitada em 15 de maio de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 17 de maio de 2019.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 30 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56%a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura - Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600.000.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

(i) 1ª série R\$232.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,18%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) 2ª série R\$368.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,42%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800.000, sendo:

- (i) 1ª série R\$240.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 08 de fevereiro de 2018, foi firmado um aditivo à 3ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das debêntures para 08 de agosto de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecida nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidiriram juros remuneratórios de 106% do CDI *over*, pagos semestralmente sendo o primeiro pagamento em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 08 de agosto de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 08 de agosto de 2019.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI *over*, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 23 de dezembro de 2019.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100.000, sendo:

(i) 1ª série R\$319.550, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) 2ª série R\$750.450, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022; e
- (iii) 3ª série R\$30.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

7ª Emissão

Em 4 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

8ª Emissão

Em 22 de maio de 2019, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor nominal total de R\$900.000.

- (i) 1ª série R\$833.675, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,30%a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização será paga em parcela única na data do vencimento; e
- (ii) 3ª série R\$66.325, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,5031%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento será em 15 de abril de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2026, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de abril nos anos de 2025 e 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2ª emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. A controlada direta Ecorodovias Concessões S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e as apresenta em suas demonstrações na rubrica "Partes Relacionadas".

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (covenants).

Em 14 de junho de 2019, ocorreu o pré-pagamento da referida debênture.

3ª emissão

Em 13 de abril de 2018, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,25% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização será paga em parcela única em 15 de abil de 2020.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

4ª emissão

Em 27 de dezembro de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$300.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 3 anos a contar da data de emissão, vencendose, portanto, em 15 de dezembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 115,00% do CDI *over*. Os juros serão pagos semestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2019 e o último pagamento no vencimento. A amortização será paga em duas parcelas, em 15 de dezembro de 2020 e na data de vencimento 15 de dezembro de 2021.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

5ª emissão

Em 14 de junho de 2019, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$1.100.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,35% a.a. O prazo de vencimento das Debêntures será de 1 ano a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de junho de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Em 09 de outubro de 2019, a controlodadora direta Ecorodoanel, realizou o pré-pagamento da sua 1ª emissão de debêntures simples, pelo montante de R\$905.676. sendo R\$900.000 referentes ao principal, R\$3.868 referentes ao juros e R\$1.808 referentes ao prêmio pela antecipação de pagamento.

Ecoporto Santos S.A.

1ª emissão

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 1,85%a.a., pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal foi paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi guitada em junho de 2019.

2ª emissão

Em 27 de junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$130.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85%a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 26 de junho e dezembro, o primeiro pagamento será em 26 de dezembro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 26 de junho de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

A emissão conta com garantia fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3ª emissão

Em 20 de dezembro de 2019, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$70.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,75%a.a. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 21 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI *over*, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

Em 02 de Março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia real fidejussória em série única, no valor nominal total de R\$90.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 9,0% a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão , o primeiro pagamento foi em 15 de junho de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 17 de Dezembro de 2029.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Em 19 de Novembro de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$230.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 4,4% a.a pagos anualmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2034.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
		31/12/2019		31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)
2020	=	-	-	369.784	(1.319)	368.465
2021	150.000	(1.734)	148.266	150.000	(564)	149.436
	150.000	(1.734)	148.266	519.784	(3.577)	516.207

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado 31/12/2019 31/12/2018 Total Parcela Custo Parcela Custo Total (1.590)2019 (1.590)2020 2.632.406 (10.588)2.621.818 2021 852.136 (10.859)841.277 840.190 (5.950)834.240 2022 994.199 (6.847)987.352 964.979 (3.084)961.895 2023 369.201 (5.148)364.053 346.907 (1.429)345.478 2024 1.370.845 (3.701)1.367.144 330.135 (574)329.561 549.523 (13.1<u>56)</u> 354.0<u>66</u> Posteriores a 2024 536.367 354.650 (584)4.135.904 (39.711)4.096.193 5.469.267 (23.799)5.445.468

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

F	F:~-		Índice	A + : :
Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	requerido	Atingido
Ecovias	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	<3,5x > 2,0x	1,35x 11,14x
Ecopistas	1 ^a	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	>20% ≥1,20x	36,16% 2,29x
		Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	< 4,0x ≤5,5x	2,87x 3,56x
Ecosul	1 ^a 2 ^a 3 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x < 3,0x ≤ 3,5x	1,12x 1,12x 1,12x
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	3,06x
	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x > 2,0x	3,06x 2,71x
	3a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,0x	3,06x 3,03x
	4 a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,5x	3,06x 3,03x
	5a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,0x	3,06x 3,03x
	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,0x	3,06x 3,03x
	7a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	3,06x
	8a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,97x
Eco135 (Interveniente Garantidora – ECS)	1 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,98x
Eco050	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Patrimônio líquido/Passivo total	≥1,20x >20%	1,31x 31,69%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O covenants não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo prédefinido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	3ª série 2ª série Série única 1ª série 2ª série 3ª série Série única 1ª série 3ª série	15/10/2012 24/05/2015 12/04/2017 14/12/2017 14/12/2017 14/12/2017 04/07/2018 22/05/2019 22/05/2019	400.000 368.000 300.000 319.550 750.450 30.000 350.000 833.675 66.325	(11.043) (2.609) (111) (843) (1.977) (87) (1.972) (3.937) (296)	388.957 365.391 299.889 318.707 748.473 29.913 348.028 829.738 66.029	IPCA + 5,35% a.a CDI + 1,42% a.a. 105,5% CDI 106,0% CDI 110,25% CDI IPCA + 6,0% a.a. IPCA + 7,4438% a.a. CDI + 1,30% a.a. IPCA + 5,5% a.a.	11,10% a.a. 11,88% a.a. 5,49% a.a. 9,09% a.a. 5,80% a.a. 9,66% a.a. 11,01% a.a. 5,89% a.a. 8,87% a.a.
Ecorodovias Infraestrutura e Logística	Série única Série única Série única	13/04/2018 15/12/2018 14/06/2019	130.000 300.000 1.100.000	(1.167) (2.907) (9.813)	128.833 297.093 1.090.187	CDI + 1,25% 115,00% do CDI CDI+1,35%	7,20% a.a. 5,82% a.a. 6,40% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	1ª série 2ª série	15/04/2013 15/04/2013	200.000 681.000	(6.890) (23.462)	193.110 657.538	IPCA + 3,80% a.a. IPCA + 4,28% a.a.	9,75% a.a. 9,44% a.a.
Ecopistas	1ª série 2ª série 3ª série 4ª série 1ª série 2ª série 3ª série 4ª série 5ª série	15/01/2011 15/01/2011 15/01/2011 15/01/2011 14/07/2017 14/12/2017 14/12/2017 14/12/2017 18/12/2019	92.500 92.500 92.500 92.500 100.000 70.000 40.000 40.000 50.000	(3.255) (3.255) (3.255) (3.255) (171) (120) (69) (69) (86)	89.245 89.245 89.245 89.245 99.829 69.880 39.931 39.931 49.914	IPCA + 8,25%a.a IPCA + 8,25%a.a IPCA + 8,25%a.a IPCA + 8,25%a.a 105,0% do CDI 105,5% do CDI 105,5% do CDI 105,5% do CDI 105,5% do CDI	14,56% a.a. 14,74% a.a. 14,69% a.a. 14,59% a.a. 5,30%a.a. 5,12%a.a. 5,11%a.a. 5,09%a.a. 4,62%a.a.
Eco101 Ecosul Ecosul Ecosul Eco135 Ecoponte Ecoporto Santos	Série única Série única Série única Série única 1ª emissão Série única Série única Série única Série única	30/06/2017 17/11/2014 17/01/2017 02/06/2017 15/08/2018 19/11/2019 27/06/2019 20/12/2019 02/03/2018	25.000 148.000 50.000 50.000 225.000 230.000 130.000 70.000 90.000	(242) (258) (122) (175) (1.330) (15.246) (745) (543)	24.758 147.742 49.878 49.825 223.670 214.754 129.255 69.457 76.096	CDI + 2,56% a.a. 107,0% CDI 110,75% CDI 107,0% CDI 117,5% CDI IPCA + 4,4% a.a. CDI + 1,85% a.a. CDI + 1,75% a.a. IPCA+9%	8,38% a.a. 10,91% a.a. 7,72% a.a. 6,82% a.a. 6,54% a.a. 7,88% a.a. 6,18% a.a. 12,69% a.a.
EC0U5U	Serie unica	02/03/2018 _	7.517.000	(13.904) (113.214)	76.096	IPCA+9%	12,69% a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. ARRENDAMENTOS A PAGAR - CONSOLIDADO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	12.772
Circulante Não circulante	7.291 5.481

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

		31/12/2019
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29) Pagamento principal Pagamento de juros 11.8 (3.30) (11.88)	Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii) Consolidação Ecopátio (vide Nota Explicativa nº 7.b) Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29) Pagamento principal Pagamento de juros	15.333 721 24 11.880 (3.306) (11.880)

20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's lenght basis).

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Ativo Passivo		Resultado					
Controladora	Natureza	Circulante	Não circulante/ (Intangível)	Circulante	Não circulante	Receita	Receita Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida	Custos e Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a) Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controlada direta Controlada direta	910	-	-	-	-	-	-	- 10.535
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b) Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	18.810	-
Ecosul (d) Concessionária do Rodoanel Norte S.A	Controlada indireta	115	-	-	-	670	-	-	-
Ecorodoanel (e)	Controlada direta	80	-	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Controlada direta	-	-	-	-	-	2.591	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (g)	Controlada direta	-	5.176	-	-	-	309	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019		1.105	5.176	=	=	670	2.900	18.810	10.535
Total em 31 de dezembro de 2018		29.708	42.029	174.000	808.146	633	27.393	69.884	

		Ativo		Passivo	Result	ado
Consolidado	Natureza	Circulante Clientes	Não circulante/ (Intangível)	Circulante	Receita de Locação de Imóveis	Custos e Despesas
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada	_	-	-	670	_
Igli (o)	Outras partes relacionadas	-	-	1.342	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.(i)	Outras partes relacionadas	-	66.740	2.431	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda.(i)	Outras partes relacionadas	-	3.401	70	=	-
Consórcio MG135 (j)	Outras partes relacionadas	-	8.336	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (k)	Outras partes relacionadas	-	95.428	6.430	-	-
Consórcio Alças da Ponte (I)	Outras partes relacionadas	-	161.852	11.212	-	-
Consórcio BR050 (m)	Outras partes relacionadas	-	39.029	9.545	-	-
Consórcio Baixada Santista (n)	Outras partes relacionadas	-	3.930	-	-	-
Consórcio PSG.(h)	Outras partes relacionadas		3.110	198	-	
Total em 31 de dezembro de 2019			381.826	31.228	670	
Total em 31 de dezembro de 2018		186	173.749	19.881	-	8.203

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de Remuneração dos Administradores).
- (b) Em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do contrato de mútuo com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.. O mútuo foi corrigido pela taxa de 105,0% do CDI e seu vencimento original era 12 de junho de 2020.
- (c) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: 1ºsérie CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020. O vencimento final do pagamento da Cessão de dívida é dezembro de 2023, em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do referido contrato.
- (d) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$115, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos.
- (e) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) Ocorreu em 27 de dezembro de 2019 a quitação do contrato de mútuo, sendo a mutuante a controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI e seu vencimento original era em 31 de dezembro de 2021.
- (g) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (h) O Consórcio PSG, foramado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá presta serviços das obras de interligação das Rodovia SP-150 e a Rodovia SP-055, Ponte Santos - Guarujá. O preço global firmado é de R\$ 3.500. e o prazo final para execução destes serviços é 31 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$198 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (i) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. Ecocataratas, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$159.596. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos em aberto a pagar de R\$2.501 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

PÁGINA: 100 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (j) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, prestou serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$30.734. que finalizou a execução destes serviços em 20 de março de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, não há saldos em aberto (de serviços já realizados).
- (k) O Consórcio Binário Porto de Santos, foramado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150 , municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro do 2019, o saldo em aberto de R\$6.430 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (I) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Intinera Construções Ltda, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$347.096 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$11.212 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (m) O Consórcio BR 050, foramado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. " O preço global firmado é de R\$137.810 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$9.545 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (n) O Consórcio Baixada Santista, foramado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Unisa das Ecovias". O preço global firmado é de R\$51.300 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, Não há saldos em aberto (de serviços já realizados).
- (o) Refere-se a reembolso de despesas administrativas.

PÁGINA: 101 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2019 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2019	31/12/2018
				100% CDI +		
Ecorodovias Concessões	Ecopistas EcoRodovias	10/2010	03/2025	1,20% a.a.	151.043	142.317
Ecorodovias Concessões	Infraestrutura	06/2015	06/2020	105,0% CDI	-	353.073
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	37.115
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	5.176	4.914
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	2.525	6.246
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	2.114
					158.744	545.779

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2019 em R\$13.145 (R\$19.324 para o exercício de 2018), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração do exercício provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração (fixa/variável)	4.003	5.762
Gratificação	616	4.500
Plano de opção com base em ações	-	68
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	1.312	713
Seguro de vida	2	4
Assistência saúde	141	113
Previdência privada	44	175
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo -		
ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	521	1.898
	6.639	13.233

PÁGINA: 102 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas média de 8,10% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2018	•	ição de pação (i)	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 28)	1.328.191		44.138	241.993	-	-	1.614.322
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº28) Realização da manutenção	(275.212 (929.908		(13.241)	(41.120)	- (169.757)	-	(329.573) (1.099.665)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	197.404	ļ	3.538	-	-	40.313	241.255
	320.475		34.435	200.873	(169.757)	40.313	426.339
Circulante Não circulante	79.074 241.401						147.328 279.011
	_31	/12/2017	Adição (custo)	Pagam	Efei nento financ		2/2018
Constituição da provisão para manuteno (vide Nota Explicativa nº 28) Efeito do valor presente sobre constitui	-	1.142.368	185.8	23	-	- 1.3	328.191
(vide Nota Explicativa nº 28) Realização da manutenção Ajuste a valor presente – realizações (v		(232.403) (809.532)	(42.80)9) - (120.	- 376)		75.212) 29.908)
Nota Explicativa nº 29)		169.191		_			197.404
	_	269.624	143.0	14 (120.	376) 2	8.213	320.475
Circulante		90.503					79.074
Não circulante		179.121				2	241.401

⁽i) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii

22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controladas indiretas em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

PÁGINA: 103 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2	018 Pa	agamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras Efeito do valor presente sobre a constituição Realização da construção Ajuste a valor presente – realizações (vide No	(23 (47 ota	9.155 .540) .803)	(3.671) 3.086 (57.779)		145.484 (20.454) (105.582)
Explicativa nº 29)		9.055 6.867	(58.364)	(1.241) (1.241)	17.814 37.262
Circulante Não circulante	-	1.841 5.026	(36.495 767
	31/12/2017	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	31.180	-	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição Realização da construção Ajuste a valor presente – realizações (vide	(21.327) (47.321)	(2.213)	- (482)	- -	(23.540) (47.803)
Nota Explicativa nº 29)	15.939	-	- (402)	3.116	19.055
	65.266	28.967	(482)	3.116	96.867
Circulante Não circulante	57.568 7.698				71.841 25.026

23. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

i) Outorgas fixas e variáveis

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.507	1.482
Variável - Ecopistas (a)	460	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	287	277
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	436	588
Variável - Ecosul (d)	254	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	336	325
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	290	276
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	557	532
Outras Ecocataratas – PRE/PRF (h)	2.788	2.663
Outras Ecoporto - Taxas CODESP (i)	705	977
Outras Termares - Taxas CODESP (i)	25	114
Fixas - Eco135 (j)	900.267	767.527
Taxa de fiscalização - ECO050 (k)	911	
	908.823	775.438
Circulante	18.064	10.608
Não circulante	890.759	764.830

PÁGINA: 104 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$287 (R\$277 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela reajustada é de R\$336 (R\$325 em 31 de dezembro de 2018).
- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).
- g) Taxa de fiscalização da controlada indireta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$557 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018).
- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.
- i) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de transito aduaneiro.
- j) Conforme contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.
- k) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta Concessionaria de Rodovias Minas Gerais Goias S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). O valor mensal em 31 de dezembro de 2019 corresponde à R\$455.

PÁGINA: 105 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	775.438	13.488
Adição (i)	-	2.312.752
AVP da constituição (i)	-	(1.605.947)
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	455	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 28)	68.217	61.183
Intangível	2.323	2.223
Realização do AVP (ii)	18.134	34.980
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota		
Explicativa nº 29)	120.378	(50)
Custos financeiros capitalizados (ii)	35.239	25.743
Pagamento do principal	(111.361)	(68.934)
Saldo no final do exercício	908.823	775.438

- (i) Refere-se ao contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A..
- (ii) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

PÁGINA: 106 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária devera disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

PÁGINA: 107 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - Eco050

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

• promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

PÁGINA: 108 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

Ecovias do Cerrado S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho do entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados, a execução e gestão dos serviços complementares, e o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela Companhia.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., a Concessionária de Rodovias Minas Gerais S.A. e a Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

31/12/2019

Natureza dos custos Melhorias na infraestrutura Conservação especial (manutenção) Equipamentos Total

	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
_								
	38.176	104.633	117.366	41.241	53.712	1.417.296	354.944	2.127.368
	23.510	164.366	107.991	114.334	559.976	663.460	300.706	1.934.343
	10.882	38.317	54.398	9.465	240.588	362.467	88.810	804.927
	72.568	307.316	279.755	165.040	854.276	2.443.223	744.460	4.866.638

31/12/2018

		Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecovia Ecosul Ecovias Ecocataratas Ecopistas ECO101 Ecoponte Total								
Natureza dos custos										
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101		
Conservação especial										
(manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356		
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621		
Total	100.100	274.863	511.449	210.080	738.596	2.595.478	1.092.512	5.523.078		

PÁGINA: 109 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazendo Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018, estamos no aquardo do julgamento deste recurso na 2ª Instância.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270.000 no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

24. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

a) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Em dezembro/2018 o recurso apresentado pela Concessionária foi provido, afastando-se a instauração da tomada de contas especial.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

b) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias

PÁGINA: 110 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie e existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

c) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas - Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informou que ambas investigações são conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiarias da Companhia Concessionaria Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e desligados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informou que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos desligados nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. As subsidiarias Concessionaria Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informaram que não foram objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos desligados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476.

No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia, em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com o objetivo de apurar as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiarias, assegurar que a investigação fosse conduzida de forma independente e elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações cabíveis.

Tais trabalhos de investigação independente foram finalizados com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que indicou serem inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019.

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluios ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de

PÁGINA: 111 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão.

O Conselho de Administração da Companhia concluiu, em 12 de agosto de 2019, pela celebração de um acordo de leniência ("Acordo de Leniência") para regular a continuidade dos negócios da Companhia e das Concessionárias do Paraná. O referido acordo foi firmado com o MPF do Paraná, homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, estabeleceu que: (a) a Companhia ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 de obras e R\$100.000 de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. A redução da tarifa de pedágio ocorre em favor dos usuários de todas as praças de pedágio operadas pelas Concessionárias do Paraná na razão de 30% por, pelo menos, 12 (doze) meses. Adicionalmente, as Concessionárias do Paraná sujeitar-se-ão ao aprimoramento e acompanhamento de seu programa de ética e compliance por monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a Companhia e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a Companhia, o ECS e as Concessionárias do Paraná venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. O MPF já manifestou desistência do pedido de bloqueio de bens no valor de R\$185.368 em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas (Arresto nº 5008589-29.2019.4.04.7000) na ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. O MPF, ainda, se comprometeu a concordar com a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensação na Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR ("ACP"). Diante da decisão negando o pedido das Concessionárias e esclarecendo que o pedido do MPF deveria ser feito diretamente ao TRF, as Concessionárias apresentaram recurso e o MPF direcionou o seu pedido de desistência dos bloqueios diretamente ao TRF.

Em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática atos lesivos contra a Administração Pública. As notificações também foram recebidas pelas Concessionárias Ecovia (01 de novembro de 2019) e Ecocataratas (04 de novembro de 2019) sendo apresentadas as defesas prévias pela Companhia e suas Controladas. Ao MPF foi direcionado ofício pela CGE/PR solicitando o compartilhamento dos anexos do Acordo de Leniência firmado. Em resposta a este ofício, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. O processo administrativo aguarda decisão.

Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), em 07 de janeiro de 2020 a Companhia e sua controlada direta ECS comunicaram ao mercado a

PÁGINA: 112 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito das Concessionárias Ecocataratas e Ecovia de participarem de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. As Concessionárias Ecovia e Ecocataratas formularam pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19 diante da impossibilidade de aplicação de sanções sem o prévio procedimento

administrativo e o direito à ampla defesa e contraditório. O pedido liminar aquarda decisão

d) Ecoporto Santos S.A.

do juiz da causa.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. Até o momento foram celebrados 5 termos de aditamento ao Contrato, sem alteração da vigência inicialmente estabelecida. No entanto, a cláusula 16ª do Contrato prevê a possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período (25 anos), observada a regulamentação setorial. Com o advento do novo marco regulatório do setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério da Infraestrutura, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ") responsável pela fiscalização e regulação. O Ecoporto Santos tempestivamente solicitou a prorrogação antecipada da vigência do Contrato, instruindo o processo com os documentos pertinentes. Em 19 de dezembro de 2019 foi publicada a Resolução nº 7549 da ANTAQ que tratou de aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ("EVTEA") apresentado pelo Ecoporto Santos, contemplando o reequilíbrio econômico-financeiro e a prorrogação da vigência do Contrato até o ano de 2048. Em 6 de janeiro de 2020 o Ecoporto Santos apresentou recurso na esfera administrativa contra a referida Resolução para que seja reconhecido, também, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da superveniente substituição da área originalmente delimitada no Contrato por novas áreas, não contíguas, com metragem total 20% inferior (170.000m² x 136.444,03m²), causando perda de eficiência operacional.

e) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita *Highway"*.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela ECO101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a ECO101 e representantes da ANTT, bem como não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. A Companhia está avaliando os resultados dos relatórios forenses elaborados no curso da investigação interna para a conclusão dos trabalhos.

PÁGINA: 113 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Outras informações

Em 20 de junho de 2018 o Grupo Ecorodovias recebeu o ofício nº 1460/2018, emitido pela 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social do Estado de São Paulo, noticiando a instauração do Inquérito Civil nº 14.0695.000489/2018-2 e solicitando informações sobre a contratação da empresa terceira nos anos de 2009 e 2010, os serviços prestados por ela e os termos destas contratações e aprovações internas.

Este inquérito foi instaurado a partir do conteúdo de reportagem extraída de blog publicado no jornal "O Estado de S. Paulo" em 14 de maio de 2018. A notícia aponta que estariam em poder da equipe de trabalho do Ministério Público Federal do PR planilhas em que a fornecedora, controlada por ex-assessor do DER/SP, teria recebido repasses, entre 2009 e 2010, no valor de R\$ 3.200 das controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas.

Em 06 de agosto de 2018 a Ecorodovias prestou os esclarecimentos requisitados no ofício, encaminhou cópias dos contratos em questão, bem como elucidou os objetos contratados e as aprovações internas.

No decorrer do acompanhamento do referido Inquérito Civil, os Promotores de Justiça responsáveis entenderam que havia razão para que dois outros inquéritos civis também fossem considerados nas investigações originais, quais sejam, os inquéritos nº 43.0695.0001071/2014-9 e 14.0615.0000295/2018-8, o que se deu apenas em razão de tratarem de temas relacionados às concessões rodoviárias do Estado de São Paulo. Importante destacar que o Grupo Ecorodovias ou qualquer das suas Concessionárias não são partes nem objeto de investigação por parte do MPE/SP nesses dois inquéritos acima mencionados. Os inquéritos são sigilosos, razão pela qual a Companhia não possui cópias de seus conteúdos, mas apenas os termos das Portarias inaugurais.

Segundo os assessores jurídicos externos contratados para representar o Grupo neste inquérito, caso reste provada a prática de ilicitudes e irregularidades investigadas, as empresas poderão ser acionadas judicialmente pelo MPE/SP, com sanções aplicáveis às pessoas jurídicas. Nas esferas cível e administrativa, dentre as sanções, há a potencial aplicação da Lei de Improbidade Administrativa que prevê: i) ressarcimento integral do dano; ii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, pelo prazo de 10 anos (por atos que geram enriquecimento ilícito), 05 anos (por atos que causem prejuízo ao erário) e 03 anos (por atos que atentem contra os princípios da administração); iii) pagamento de multa civil a depender da hipótese de imputação, que pode ser: (a) de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial (por atos que geram enriquecimento ilícito); (b) 2 vezes o valor do dano (por atos que causem prejuízo ao erário) e (c) cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente (atos que atentem contra os princípios da administração), além de potenciais penalidades criminais.

Os assessores jurídicos da Ecorodovias informam não ser possível estimar, nesta fase processual do inquérito, quais os possíveis desdobramentos para o Grupo em caso de procedência da investigação, vez que as penalidades acima descritas podem variar a depender das conclusões das investigações ora em curso.

25. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais

PÁGINA: 114 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, podem resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão nos exercícios é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019 Consolidação Ecopátio (i) Aquisição de participação (ii) (+/-) Complemento (reversão) de	151.282 - 310	28.104 1.745 3.159	6.078 195 690	185.464 1.940 4.159
provisão	15.395	8.298	841	24.534
(-) Pagamentos	(6.817)	(13.015)	(25)	(19.857)
(+) Atualização monetária	6.712	3.483	224	10.419
Saldos em 31 de dezembro de 2019	166.882	31.774	8.003	206.659
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (+/-) Complemento (reversão) de provisão	153.329 (1.246)	33.695 9.213	10.184 (3.899)	197.208 4.068
(-) Pagamentos	(6.414)	(17.910)	(1)	(24.325)
(+) Atualização monetária	5.613	3.106	(206)	8.513
Saldos em 31 de dezembro de 2018	151.282	28.104	6.078	185.464

- (i) Vide Nota Explicativa no 7.b).
- (ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii).

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$963.550 em 31 de dezembro de 2019 (R\$608.152 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

(i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora.

PÁGINA: 115 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação do juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$60.425 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpusemos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ambos pendentes de juízo de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$81.276 (R\$79.253 em 31 de dezembro de 2018). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$60.434 (R\$84.125 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2019, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$210.845 (R\$183.445 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$129.821 (R\$128.386 em 31 de dezembro de 2018).

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a relocalização para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente procedimento ao investigatório 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 o montante retido, à título de Reserva Legal é de R\$46.140 (R\$46.140 em 31 de dezembro de 2018).

d) <u>Dividendos propostos</u>

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre capital próprio.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício Constituição da reserva legal Base de cálculo dos dividendos	(185.460) 	374.510 (18.725) 355.785
Dividendos intermediários pagos Orcamento de Capital		158.964 196.821

PÁGINA: 117 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

_	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data Prazo	31/08/2010 365 dias	30/05/2012 365 dias	05/06/2013 365 dias	06/06/2014 365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado Quantidade máxima de ações	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.206.492 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2019, de R\$16,30 (R\$9,38 em 31 de dezembro de 2018). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 31 de dezembro de 2019, é de R\$35.956.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$9.012, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

A movimentação do exercício das participações dos acionistas não controladores está demonstrada a seguir:

	31/12/2018
Saldo no início do exercício	97.947
Participação nos lucros do exercício	7.625
Reserva de capital – plano de opções	3
Aquisição de participação Ecosul	(4.025)
Aquisição de participação Eco101	(99.395)
Aumento de capital	-
Pagamento de dividendos/Juros sobre capital próprio	(2.155)
Saldo no fim do exercício	

PÁGINA: 118 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	2.952.132	2.528.660
Receitas de construção (b)	1.007.724	653.066
Receitas portuárias (c)	390.167	355.416
Receitas acessórias (d)	87.631	95.021
Receitas logística (e)	24.256	-
Receitas de prestação de serviços intercompany (f)		1.850
Receita bruta total	4.461.910	3.634.013
Deduções de receita	(340.928)	(292.239)
Deduções do reconhecimento da receita (g)	(168.093)	(172.507)
Receita líquida	3.952.889	3.169.267

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.
 - Ás receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.
- (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (e) Refere-se as receitas auferidas pela Ecopátio Logística Cubatão Ltda (vide Nota Explicativa nº 7.b), as operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia.
- (f) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

PÁGINA: 119 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(g) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC47 Receita de Contratos com Clientes.

	31/12/2019	31/12/2018
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	2.952.133	2.528.660
Receitas portuárias	390.167	355.416
Receitas logística	24.256	-
Receitas acessórias e intercompany	87.631	96.871
	3.454.187	2.980.947
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(137.076)	(119.748)
PIS (ii)	(29.706)	(25.952)
ISS (iii)	(173.551)	(146.362)
Outros – ICMS	(17)	(4)
Dedução do reconhecimento da receita	(168.093)	(172.507)
Abatimentos	(578)	(173)
	(509.021)	(464.746)

i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

_	Control	adora	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	40.599	21.123	407.989	321.581
Conservação e manutenção e outros	426	292	114.832	85.586
Serviços de terceiros (i)	31.503	14.317	240.158	186.384
Seguros	985	548	18.554	14.758
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 23)	=	=	68.217	61.183
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa				
n ^o 21)	=	=	200.873	143.014
Custo de construção de obras	=	=	1.007.724	653.066
Depreciações e amortizações (Vide Nota				
explicativa nº 14 e 15)	587	664	567.505	433.569
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	1.495	1.069	23.477	33.404
Outros custos e despesas operacionais	1.622	1.316	100.891	66.644
_	77.217	39.329	2.750.220	1.999.189
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	2.449.007	1.780.016
Despesas gerais e administrativas	77.217	39.329	301.213	219.173
	77.217	39.329	2.750.220	1.999.189

⁽i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

PÁGINA: 120 de 139

ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

iii. Alíquota de média de 5,0%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
<u> </u>	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:	3.244	C 022	140 202	140 300
Receita de aplicações financeiras Juros sobre Mútuos	3.244 2.900	6.033 3.939	148.303	140.389
Variação monetária - venda Elog S.A.	2.900	J.9J9 -	- -	- -
Variação monetária sobre debêntures	-	-	6.910	26.607
Variação monetária sobre direito de outorga (vide				
Nota Explicativa nº 23)	-	-	-	50
Atualização monetária de créditos fiscais	73		7.882	5.800
Variação cambial/monetária sobre empréstimos		-	13.573	15.596
Outras _	5.353 11.570	5.567 15.539	10.827 187.495	18.509 206.951
	11.5/0	15.539	187.495	206.951
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(71.452)	(12.855)	(470.136)	(396.989)
Cessão e assunção de dívida	(18.810)	(69.884)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(100.231)	(52.880)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(104.312)	(122.113)
Amortização de custos com emissão de	(7.054)	(522)	(10 500)	(42.247)
debêntures	(7.054)	(522)	(19.599)	(13.347)
Variação monetária sobre direito de outorga Ajuste a valor presente – provisão de manutenção	-	-	(120.378)	=
e provisão de obras futuras	_	_	(39.072)	(31.329)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos			(55151 =)	(=====)
financiamentos	=	=	(18.921)	(33.228)
Juros sobre debêntures privadas	(2.698)	-	-	-
Juros capitalizados	-	(0.4.000)	56.247	27.680
Juros sobre mútuo	(10.535)	(31.332)	- (45.222)	(22.252)
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(596)	(1.224)	(15.233)	(22.353) (9.041)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(72)	(147)	(11.732) (11.880)	(9.041)
Outras	(1.549)	(205)	(32.320)	(14.095)
_	(112,766)	(116,169)	(887.567)	(667.695)
-	()	()	(22.1237)	(22:1:250)
Resultado financeiro, líquido	(101.196)	(100.630)	(700.072)	(460.744)

30. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) básico – resultado do exercício	(0,33)	0,67
Lucro/(prejuízo) diluído – resultado do exercício	(0,33)	0,66
Lucro/(prejuízo) básico – resultado de operações continuadas	(0,33)	0,72
Lucro/(prejuízo) diluído – resultado de operações continuadas	(0,33)	0,71

PÁGINA: 121 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) <u>Lucro/(prejuízo) básico por ação</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de	(185.460)	374.510
operações continuadas Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	(185.280) 558.699	400.640 558.699
Média ponderada das ações em tesouraria Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	(2.206) 556.493	(2.236) 556.463
Lucro/(prejuízo) básico por ação - R\$	(0,33)	0,67
Lucro/(prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R\$	(0,33)	0,72

b) Lucro/(prejuízo) diluído

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(185.460)	374.510
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(185.280)	400.640
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.699	556.463
Plano Executivo de opção de compra de ações Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	1.599 558.092	5.580 562.043
Lucro/(prejuízo) diluído por ação - R\$	(0,33)	0,66
Lucro/(prejuízo) diluído por ação de operações continuadas - R\$	(0,33)	0,71

31. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

PÁGINA: 122 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento

	Controla	adora	Consolidado		
	31/12/2019 31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	
				_	
Dívida (i)	1.567.598	518.390	9.587.933	8.283.947	
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações					
financeiras – conta reserva	(15.275)	(141.953)	(1.963.164)	(2.727.819)	
Dívida líquida	1.552.323	376.437	7.624.769	5.556.128	
Patrimônio líquido (ii)	455.351	640.319	455.351	640.319	
Índice de endividamento líquido	3,41	0,59	16,74	8,68	

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 17, 18, 19 e 23.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 98,3% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (99,7% em 31 de dezembro de 2018), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nos 17, 18, 19 e 23.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo	
<u> </u>	contábil	Valor justo	
Ativos: Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	215.084	215.084
Clientes (i) Aplicações financeiras e aplicações	Custo amortizado	164.749	164.749
financeiras – conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	1.853.758	1.853.758
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	97.773	97.773
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	1.382.290	1.382.290
Debêntures (iii)	Custo amortizado	7.284.048	7.284.048
Arrendamentos a pagar(iii)	Custo amortizado	12.772	12.772
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	908.823	908.823
Phantom Stock Option (v)	Custo amortizado	8.965	8.965
(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "F	fornecedores" possuem prazo de venci	imento substanc	rialmente em até

(1) Os saldos das rubricas. Clientes e Fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em ate

PÁGINA: 123 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

45 dias.

- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (v) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de

PÁGINA: 124 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pósfixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$95.157 (R\$84.737 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

PÁGINA: 125 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.		Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	181.147	-	-	-
Debêntures ECOSUL	110,75% CDI	51.177	-	-	-
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	60.952	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	150.116	- 44 240	205.002	760.015
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	72.760	44.348	385.093	760.015
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	138.931	147.103	97.076	19.281
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,00% CDI	23.252	5.677	5.939	116.275
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,5% CDI	31.053	10.695	11.190	238.338
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56% a.a.	26.724	-	-	-
Debêntures - ECO135	117,50% CDI	233.592	-	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	133.987	-	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,75% a.a.	74.323	-	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,25% a.a.	133.737	1 [7 12[-	-
Debêntures - EIL	115,00% CDI	165.245	157.135	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,35% a.a.	1.170.822	221 052	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	242.191	231.952	227.940	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	189.410	17.552	10.265	245 256
Debêntures Privadas - ECS	105,50% CDI	79.209	17.552	18.365	345.256
Debêntures - ECS	106,00% CDI	334.191	400.700	200.011	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	40.316	408.790	390.911	40.420
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0% a.a.	2.226	2.067	2.135	40.428
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438% a.a.	43.030	29.166	30.124	495.068
Debêntures - ECS	CDI + 1,30% a.a.	57.543	47.134	47.137	894.025
Debêntures - ECS	IPCA + 5,50% a.a.	6.077	3.938	4.067	93.354
Debêntures - ECO050	IPCA+9,00% a.a	9.384	9.309	11.107	166.247
Debêntures - Ecoponte	IPCA + 4,40% a.a.	11.618	10.866	17.525	438.590
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	48	- 45	- 37	-
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	46	45	37	-
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	91	10.702	7.004	- 11 726
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	32.990	19.783	7.884	11.726
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	6.914	6.481	6.046	8.618
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	26.129	26.129	26.129	156.773
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	33.497	33.497	33.497	251.225
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	7.811	7.811	7.811	75.502
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	15.178	15.178	15.178	151.776
BNDES - Ecoponte	TJLP	155	155	155	1.555
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	1.852	2.398	2.398	27.573
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a	1.147	- 04	-	-
Arrendamento Mercantil - ECO050	4,37% a.a.	550	94	- 22 402	250 707
BNDES- ECO050	TJLP + 2% a.a.	22.482	22.482	22.482	359.707
BDMG - ECO050	TJLP + 2% a.a.	8.958	8.958	8.958	143.328
CEF - FINISA - ECO050	TJLP + 2% a.a.	25.416	25.416	25.416	406.657
CEF - FDCO - ECO050	7,50% a.a	17.748	17.141	16.552	165.239
		3.864.025	1.311.301	1.421.152	5.366.555

Análise de sensibilidade

PÁGINA: 126 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

			Juros a incorrei	•
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	74.984	93.730	112.476
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(347.588)	(382.313)	(416.890)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(253.997)	(263.435)	(272.841)
Empréstimos e financiamentos (b) Juros sobre obrigações com Poder	Alta da IPCA	(4.216)	(6.166)	(8.461)
Concedente (b)	Alta da IPCA	(10.825)	(11.471)	(12.117)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(100.464)	(132.468)	(168.253)
Juros a incorrer, líquidos		(642.106)	(702.123)	(766.086)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	4,4%	5,50%	6,6%
IPCA (b)	4,2%	5,3%	6,3%
TJLP (c)	6,0%	7,5%	9,0%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - Dezembro/2019.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

PÁGINA: 127 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (Eco050).

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04 e Argovias Participações e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "Holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. Conforme Nota Explicativa nº 7.b), o Ecopátio voltou a ser consolidado a partir de 01 de janeiro de 2019.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Concessões rodoviárias	91,3%	91,1%
"Holding" e serviços	4,3%	4,0%
Portos	3,9%	4,9%
Logística	0,5%	-

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

PÁGINA: 128 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2019. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

31/12/2019

Balanço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	<i>Holding</i> e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	9.176.608	753.239	73.887	7.417.305	(5.878.586)	11.542.453
Ativo circulante	1.422.050	44.392	9.147	1.049.448	(170.415)	2.354.622
Ativo não circulante	7.754.558	708.847	64.740	6.367.857	(5.708.171)	9.187.831
Passivo	9.176.608	753.239	73.887	7.417.305	(5.878.586)	11.542.453
Passivo circulante	1.541.513	266.488	1.636	2.369.097	(170.415)	4.008.319
Passivo não circulante	4.767.255	116.837	1.598	3.053.399	(860.306)	7.078.783
Patrimônio líquido	2.867.840	369.914	70.653	1.994.809	(4.847.865)	455.351

31/12/2019 Holding e Concessões Resultado Portos Logística serviços Eliminações Consolidado 3.780.263 167.480 20.845 179.501 (195.200)3.952.889 Receita líquida Custo dos serviços prestados (2.278.760)(141.280)(19.428)(114.148)104.609 (2.449.007)Lucro bruto 1.501.503 26.200 1.417 65.353 (90.591)1.503.882 Despesas gerais e administrativas (158.868)(52.955)(4.515)(148.807)63.932 (301.213)Amortização de investimentos (22.294)22.294 54.076 (38.476)(85.322) 37.816 (406.983)Outras receitas/despesas (375.077)Equivalência patrimonial 331.625 (331.615)10 Lucro/(prejuízo) operacional 967.558 27.321 (41.574)140.555 (298.164)795.696 antes do resultado financeiro Resultado financeiro (404.286)(28.103)(267.965)(700.071)Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos 563.272 (782)(41.291)(127.410)(298.164)95.625 Imposto de renda e contribuição social (324.426)2.367 (984)42.139 (280.904)Resultado das operações (298.164)continuadas 238.846 1.585 (42.275)(85.271)(185.279)Resultado das operações descontinuadas (180)(180)Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício 238.846 1.585 (42.275)(85.451)(298.164)(185.459)

PÁGINA: 129 de 139

31/12/2018

Notas Explicativas INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

						31/12/2018
	Concessões Rodoviárias	Portos	Ecopátio	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082
Ativo circulante	1.802.155	63.444	7.718	1.487.284	(345.046)	3.015.555
Ativo não circulante	5.936.020	731.927	72.784	5.215.877	(4.936.081)	7.020.527
Passivo e patrimônio líquido	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082
Passivo circulante	1.109.897	217.925	3.816	954.920	(270.604)	2.015.954
Passivo não circulante	4.890.153	228.317	2.243	3.962.489	(1.703.393)	7.379.809
Patrimônio líquido	1.738.125	349.129	74.443	1.785.752	(3.307.130)	640.319

				Holding e		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
Resultado	Concessões	Portos	Ecopátio	serviços	Eliminações	Consolidado
_						
Receita líquida	3.047.876	134.166	25.747	164.542	(178.139)	3.194.192
Custo dos serviços prestados	(1.665.383)	(113.737)	(31.436)	(101.571)	112.813	(1.799.314)
Lucro bruto	1.382.493	20.429	(5.689)	62.971	(65.326)	1.394.878
Despesas gerais e administrativas	(140.338)	(38.989)	(9.365)	(99.987)	60.963	(227.716)
Amortização de investimentos	-	-	-	(17.183)	17.183	-
Outras receitas/despesas	2.929	11.280	5	613	(630)	14.197
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.209.297	(1.209.263)	34
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
do resultado financeiro	1.245.084	(7.280)	(15.049)	1.155.711	(1.197.073)	1.181.393
Resultado financeiro	(251.518)	(29.721)	(445)	(179.505)	(15.076)	(476.265)
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
dos impostos	993.566	(37.001)	(15.494)	976.206	(1.212.149)	705.128
Imposto de renda e contribuição						
social	(326.325)	494	70	2.911	999	(321.851)
Resultado do exercício das						
operações continuadas	667.241	(36.507)	(15.424)	979.117	(1.211.150)	383.277
Resultado das operações						
descontinuadas			2.114	(18.505)		(16.391)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	667.241	(36.507)	(13.310)	960.612	(1.211.150)	366.886
Resultado dos acionistas não		` ,	` ,		` ,	
controladores	-	-	-	-	7.623	7.623
Resultado dos acionistas						
controladores	667.241	(36.507)	(13.310)	960.612	(1.218.773)	359.263
		` ,	` ,		` ,	

PÁGINA: 130 de 139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 8.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Efeitos não caixa

A controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou o valor de R\$55.696 referente à realização de AVP e atualização monetária, capitalizados até 01 de abril de 2019 (início da cobrança de pedágio), conforme Nota Explicativa nº 23.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2020, a controladora indireta Ecovias do Cerrado S.A. assinou com a Agência Nacional Terrestre – ANTT o termo de Arrolamento e Transferência de Bens, oficializando nesta data a concessão dos 437 quilômetros das rodovias federais BR-364 e BR-365 que liga Jataí (GO) à Uberlândia (MG).

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 Depósitos Judiciais, em 10 de fevereiro de 2020, ocorreu o desbloqueio parcial de R\$ 180.476 da ação do Ministério Público Federal do Paraná das controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas.

PÁGINA: 131 de 139

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de capital previsto para o exercício social de 2020 Proposta de Orçamento de Capital ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2020 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM 480, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 16 de abril de 2020, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 2.082.285.437,18 (dois bilhões, oitenta e dois milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dezoito centavos) o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 2.082.285.437,18

Aplicações

Investimento consolidado planejado para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020 nos projetos atualmente detidos pela Companhia e em fase de homologação equivale a *R\$ 2.082.285.437,18*

Origens / Fontes de Financiamento:

Reserva para orçamento de capital: R\$ 196.820.919,17

Recursos Próprios e/ou de Terceiros: R\$ 1.885.464.518,01

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antonio Cassou

Presidente

PÁGINA: 132 de 139

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24 e) e f) às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve a natureza, estágio e potenciais consequências acerca de determinados inquéritos que encontram-se em andamento.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, os quais determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia e suas controladas; (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes; e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

b) Avaliação do risco Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

PÁGINA: 133 de 139

Conforme descrito nas notas explicativas 3b) e 15, a Companhia avalia anualmente, a existência ou não, de indicativos de riscos de valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida (ativos das concessões). As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Por essa razão consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas em avaliação econômico financeira, avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Companhia, em especial aquelas que se referem aos indicadores crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas observáveis de mercado e indicadores econômicos associados às concessões da Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que as avaliações relacionadas aos indicadores de risco de redução de ativos ao seu valor recuperável, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas em contrato.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas e julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as referidas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

PÁGINA: 134 de 139

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

PÁGINA: 135 de 139

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 18 de fevereiro de 2020, às 17:00 horas, na sede social da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, São Paulo, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Participação dos Conselheiros Fiscais efetivos Luiz Alberto de Castro Falleiros, Paulo Sergio Aldrighi e Sérgio Tuffy Sayeg e Conselheiros Fiscais suplentes Eduardo Georges Chehab e José Dimas Gurgel.

MESA: Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg, e Secretário: Luiz Alberto de Castro Falleiros

ORDEM DO DIA: Em continuidade às reuniões e discussões prévias realizadas em 10 e 18 de fevereiro de 2020, tomar conhecimento e opinar sobre:

- O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, acompanhadas do respectivo Relatório, desta data, da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;
- II. As Propostas da Administração relativas à destinação dos resultados, orçamento de capital e distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- III. O estudo técnico para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2019, conforme Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, preparado pela Companhia.

DELIBERAÇÕES: Finalizada a análise dos referidos documentos, que ficam arquivados na área do Conselho Fiscal no Portal de Governança da Companhia, os Conselheiros Fiscais efetivos emitem o seu parecer, nos termos do Anexo à presente ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg. Secretário: Luiz Alberto de Castro Falleiros. Conselheiros Fiscais efetivos: Luiz Alberto de Castro Falleiros, Paulo Sergio Aldrighi e Sérgio Tuffy Sayeg. Conselheiros Fiscais suplentes: Eduardo Georges Chehab e José Dimas Gurgel.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Luiz Alberto de Castro Falleiros - Secretário

Anexo à Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 18 de fevereiro de 2020

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. realizada em 16 de abril de 2019, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente.

As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presenca dos três membros efetivos.

Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presencas de representantes da Administração e suas equipes, membros do Comitê de Auditoria e de sócio e gerentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas; (ii) a dinâmica dos negócios no período; (iii) gestão de riscos; (iv) auditorias internas; (v) compliance; (vi) adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos; (vii) Carta Comentários sobre controles internos referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e repostas da Administração; (viii), premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para avaliação do valor recuperável de ativos (impairment); (ix) posição geral do endividamento e vencimentos em 2020; e (x) atualizações jurídicas, impactos e providências decorrentes do Acordo de Leniência envolvendo a Companhia e as subsidiárias concessionárias no Estado do Paraná, da investigação em andamento na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e das outras informações que constam na nota explicativa nº. 24 f) às demonstrações financeiras.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (i) o Relatório da Administração, (ii) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e respectivas notas explicativas, (iii) as Propostas da Administração para destinação do resultado, orçamento de capital e dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e (iv) o estudo técnico para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2019, conforme Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e auditores independentes no decorrer do exercício social e no Relatório, desta data, da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

PÁGINA: 136 de 139

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.
Luiz Alberto de Castro Falleiros Paulo Sergio Aldrighi
Sérgio Tuffy Sayeg

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

PÁGINA: 138 de 139

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

PÁGINA: 139 de 139